

REVISTA **FACTO**

ABIFINA 

Publicação da Associação Brasileira
das Indústrias de Química Fina,
Biotecnologia e suas Especialidades

JAN-ABR 2023 ■ NÚMERO 71 ■ ANO XVII

ISSN 2623-1177

Política industrial

REINDUSTRIALIZAÇÃO DE VOLTA À PAUTA

ENTREVISTA

06



ARTIGO

26



ARTIGO

28

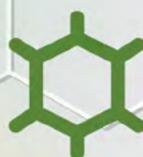


UM PEQUENO PASSO PARA O HOMEM. UM GRANDE SALTO PARA A CIÊNCIA.

**MAIOR FABRICANTE
DE INSUMOS FARMACÊUTICOS
ATIVOS DA AMÉRICA LATINA**
ENTRA NO MERCADO DE
ONCOLÓGICOS E IFAS DE
ALTA POTÊNCIA (HPAPI).

Com mais de 40 anos de história, tal iniciativa marca um novo momento da empresa, que avança em ideias tecnológicas e inovadoras para o setor farmoquímico. O kilolab servirá para acelerar os desenvolvimentos e aumentar a oferta de produtos para o mercado brasileiro e internacional.

- Expectativa de 6 novas drogas oncológicas para o FY1
- Tecnologia italiana
- Time dedicado e especializado
- Lotes de 500G ~ 2KG / ANO



**CONSULTE-NOS PARA
DESENVOLVIMENTOS
CUSTOMIZADOS**



NORTEC QUÍMICA

nortecquimica.com.br

//CORPO DIRIGENTE

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Presidente

Marcus Soalheiro (NORTEC QUÍMICA)

Vice-presidentes

1º Vice-presidente - Sergio Frangioni (BLANVER)

2º Vice-presidente - Jorge Mendonça (FARMANGUINHOS)

Vice-presidente de Planejamento Estratégico - Juliana Megid (EMS)

Vice-presidente de Prop.Intelectual & Inovação - Dante Alario Junior (BIOLAB)

Vice-presidente p/ Assuntos Governamentais e Acesso - Odilon Costa (CRISTÁLIA)

Vice-presidente Agroquímico - Thais Balbao Clemente (OUROFINO AGROCIÊNCIA)

Vice-presidente da Cadeia Química - Nelson Ferreira C. Júnior (PRATI-DONADUZZI)

Vice-presidente de Biodiversidade - Peter Martin Andersen (CENTROFLORA)

Vice-presidente de Biotecnologia - Akira Homma (BIO-MANGUINHOS)

Vice-presidente Farmacêutico - Marcelo Hahn (BLAU)

Vice-presidente Farmoquímico - Antônio Carlos Teixeira (GLOBE)

Diretores

Diretor de Comércio Exterior - Walker Lahmann (EUROFARMA)

Diretora de Propriedade Intelectual & Inovação - Amanda Lobarto Gimenez (LIBBS)

Diretora de Relações Institucionais - Gabriela Mallmann (ACHE)

Diretor do Regulatório Farmo - Roberto Altieri (BLAU)

Diretora p/ Assuntos da Biodiversidade - Cristina Dislich Ropke (CENTROFLORA)

CONSELHO GERAL

Karina Belfort de Almeida (IVB)

Fausto Terra (OUROFINO SAÚDE ANIMAL)

José Leôncio da Cunha Filho (ITF)

Maurício Zuma Medeiros (BIO-MANGUINHOS)

Sidney Martins (FCC)

CONSELHO FISCAL

Cláudio Picolli (CRISTÁLIA)

Renato Maziero (BLANVER)

Werisson Viana de Araújo (NORTEC QUÍMICA)

CONSELHO CONSULTIVO

Alberto Mansur (NORTEC QUÍMICA)

Athayde Júnior (LIBBS)

Eduardo Eugenio Gouvêa (FIRJAN)

Fernando Sandroni (FIRJAN)

José Correia (ABIQUIFI)

José Temporão (ANM)

Karin Bruening (KB CONSULTORIA)

Lélio Maçaira (BIOLOTUS)

Luiz Borgonovi (EMS)

Marcos Henrique Oliveira (ANE)

Pedro Wongtschowski (GRUPO ULTRA)

Telma Salles (PRÓGENÉRICOS)

Presidente de Honra

Nelson Brasil de Oliveira (in memoriam)

Presidente-executivo

Antonio Carlos da Costa Bezerra

//EXPEDIENTE

Coordenação Geral: Luciana Bitencourt - luciana.bitencourt@abifina.org.br

Matéria Política: Luana Rocha

Matéria Setorial Saúde: Fernando de Moraes

Assistente de Produção: Lucielen Menezes

Revisão: Tamara Menezes

Projeto Gráfico: Scriptorio Comunicação

Arte e Diagramação: Conceito Comunicação - www.conceito-online.com.br

Impressão: Aerographic

ISSN 2526-1177

ASSOCIADOS

Aché - BioChímico - Biolab - Bio-Manguinhos - Blanver -

Blau Farmacêutica - Companhia Brasileira de Lítio - Cristália - EMS - Eurofarma

Fábrica Carioca de Catalisadores - Farmanguinhos - Globe Química -

Grupo Centroflora - IBMP - ITF Chemical - Instituto Vital Brazil -

Libbs - Microbiológica - Nortec Química - Ourofino Saúde Animal -

Ourofino Agrociência - Oxiteno - Prati-Donaduzzi - Supera

Os artigos assinados e as entrevistas são de responsabilidade do autor e não expressam necessariamente a posição da ABIFINA. A entidade deseja estimular o debate sobre temas de relevante interesse nacional, e, nesse sentido, dispõe-se a publicar o contraditório a qualquer matéria apresentada em seu informativo.

ABIFINA - Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades

Av. Churchill, 129 / 1201 - Centro

CEP 20020-050 - Rio de Janeiro - RJ

Tel: (21) 3125-1400

Fale conosco: institucional@abifina.org.br

www.abifina.org.br

SUMÁRIO

MATÉRIA POLÍTICA
REINDUSTRIALIZAÇÃO
GANHA FORÇA
NO DEBATE POLÍTICO

10



17

SETORIAL SAÚDE
NOVO DESAFIO PARA O
COMPLEXO ECONÔMICO-
INDUSTRIAL DA SAÚDE

ARTIGO
AS PATENTES DE
SEGUNDO USO NO BRASIL

24



ARTIGOS

26 Edson Vismona: O mercado ilegal e os prejuízos para o desenvolvimento do Brasil

28 Suzana Borschiver: Agenda Política para uso do gás natural como matéria-prima: Novo Programa Gás para Empregar

MATÉRIA OUROFINO
AGROCIÊNCIA

22 Ourofino Agrociência se fortalece no mercado de patentes com soluções agrícolas inéditas

MATÉRIA NORTEC

30 Nortec Química investe em tecnologia para criar laboratório especializado em insumos de alta potência

SEÇÕES

04 EDITORIAL

32 PAINEL DO ASSOCIADO

34 ABIFINA EM AÇÃO

Patrocinaram esta edição as empresas:

Biolab Farmacêutica | Globe Química | Nortec Química | Ourofino Agrociência



Marcus Soalheiro

Presidente da ABIFINA

NOVAS OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DA QUÍMICA FINA

O Brasil precisa acompanhar as transformações que estão acontecendo no mundo. Isso é vital, entre outras coisas, para que sua indústria continue a existir. Após a pandemia e, agora, com a guerra na Ucrânia, os países desenvolvidos começaram a implantar a política de repatriar investimentos e produção de itens estratégicos, de forma a minimizar os impactos nas suas cadeias produtivas em momentos de crise global. No nosso segmento, além do esforço, da força de vontade e da capacidade, é preciso haver a liderança do Estado, como vemos naqueles países. A ABIFINA sempre alertou para o perigo da dependência externa e a necessidade de termos uma política industrial de Estado, sólida e perene.

Continuamos a cumprir, esperançosos, nosso papel de estudar, propor e cobrar soluções para o Complexo da Química Fina. Com o BNDES, discutimos no fim de abril as ações previstas pela área de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do banco. A reindustrialização – ou neoindustrialização, na forma adotada pelo vice-presidente Geraldo Alckmin – foi a pauta. A ideia por trás do novo termo é que as políticas públicas foquem setores com maior potencial para crescer e incorporem aspectos como descarbonização, inclusão social e novas tecnologias.

Na articulação setorial, participamos do relançamento da Frente Parlamentar da Química, também em abril, no Congresso Nacional. Neste ciclo, o grupo ambiciona levar a indústria brasileira de química de 6ª maior no mundo para o 4º lugar. Para isso, precisamos de maior oferta de gás natural a preços mais baixos. Essa é mais uma frente na qual os principais países do mundo já se adiantaram.

O artigo da professora Suzana Borschiver, da UFRJ, argumenta que grande parte do déficit do setor químico brasileiro é de produtos derivados diretamente do gás natural, usado como matéria-prima na fabricação de fertilizantes nitrogenados, metanol, isocianatos e outros. O Brasil é o maior importador de fertilizantes do mundo, apesar de ter a mais importante indústria agropecuária. Segundo Suzana, metade da produtividade agrícola está ligada ao uso de fertilizantes e, na produção destes, o gás natural tem um peso importante,

“Precisamos romper o ciclo de baixos investimentos e geração de incertezas no ambiente de negócios que precarizam a indústria”

“O cenário atual deixou claro que transferir a produção de intermediários e IFAs para Índia e China pode ser barato no curto prazo, mas sairá caro na primeira crise de abastecimento, uma vez que não haverá substitutos nacionais”

respondendo por 80% dos respectivos custos. Portanto, esse é mais um ponto que merece ser observado nas políticas públicas.

Na química fina, pesa ainda a dependência da importação de intermediários, cuja escassez faria a indústria de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) parar. O cenário atual deixou claro que transferir a produção desses segmentos para Índia e China pode ser barato no curto prazo, mas sairá caro na primeira crise de abastecimento, uma vez que não haverá substitutos nacionais.

A matéria política desta edição aborda a necessidade de restabelecimento da política industrial, incluída a química fina. A oferta da indústria de transformação teve 19,1% de importados em 2020. Analisado apenas o setor da química fina, a parcela de venda de importados representou 37,3% do total no período. Precisamos romper o ciclo de baixos investimentos e geração de incertezas no ambiente de negócios que precarizam a indústria.

Até o momento, o governo teve avanços, como a elaboração do arcabouço fiscal, a recomposição dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e a recriação do Grupo Executivo do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (GECEIS), com destaque agora para o aspecto econômico. Estes são passos importantíssimos, e a política industrial deve andar junto com eles, sob pena de não alcançarmos nossos objetivos como país.

Em paralelo às deficiências históricas, enfrentamos o problema crescente da pirataria, tema de artigo do advogado Edson Vismona, presidente do Fórum Nacional Contra a Pirataria (FNCP). Ele relata que o primeiro levantamento feito pela entidade, em 2014, verificou perdas de R\$ 100 bilhões em quinze setores produtivos, incluindo sonegação de impostos. No ano passado, a cifra pulou para inacreditáveis R\$ 410 bilhões. A ABIFINA abraça essa causa, promovendo

campanhas de conscientização para o público e sensibilizando o governo para a necessidade de reforçar os órgãos de fiscalização.

Seguindo na pauta desta edição, o artigo da consultora da ABIFINA Ana Claudia Dias de Oliveira explica as patentes de segundo uso, os critérios de concessão no Brasil e as tentativas de estender o tempo de validade da proteção. A especialista promove ainda uma discussão sobre a pertinência desse instituto. A propriedade intelectual segue em nossa agenda prioritária, em defesa dos interesses nacionais.

Já a reportagem do Setorial Saúde discute o desenvolvimento do parque industrial para garantir a autonomia brasileira. As empresas nacionais seguem investindo em pesquisa e desenvolvimento para ter competitividade. Ainda assim, faltam segurança jurídica, revisão de normas, articulação governamental para gerar incentivos à inovação e desoneração tributária para a internalização de novas tecnologias.

Todos os aspectos abordados nesta edição da **FACTO** estão, de alguma forma, presentes no Plano de Retomada da Indústria, liderado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e para o qual a ABIFINA contribuiu. A diretora de Desenvolvimento Industrial e Economia da CNI, Lytha Spindola, é a entrevistada desta edição e detalha pontos importantes, inclusive as prioridades para os 100 primeiros dias de governo apontadas pela entidade. Algumas medidas foram implantadas e muitas outras receberam sinalização positiva.

A ABIFINA continua empenhada na sua agenda estratégica para fortalecer o Complexo Industrial da Química Fina e garantir as condições de autonomia para o Brasil. Acreditamos que este seja um novo momento, com dificuldades particulares, mas com oportunidades para as empresas nacionais. Para aproveitá-las, precisamos saber elaborar as políticas certas e levá-las adiante, independentemente do governo da vez. Em última instância, esse é nosso trabalho. 🍷

“Faltam segurança jurídica, revisão de normas, articulação governamental para gerar incentivos à inovação e a desoneração tributárias para a internalização de novas tecnologias”

A portrait of Lytha Spindola, a woman with short brown hair, wearing a blue blazer over a white top and a pearl necklace. She is standing in an office setting with a green plant to her left and a framed picture on the wall behind her.

Lytha Spindola

A AGENDA DA INDÚSTRIA NO NOVO GOVERNO

A diretora de Desenvolvimento Industrial e Economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Lytha Spindola, apresenta em entrevista à **FACTO** as principais pautas reivindicadas pela entidade por meio do Plano de Retomada da Indústria. Dele, foram destacadas 14 propostas prioritárias para os primeiros 100 dias do novo governo, apresentadas em janeiro deste ano. Completado o período, alguns pontos avançaram, porém ainda é extensa a lista de tarefas a serem cumpridas, como a Reforma Tributária, a recriação da política industrial e a regulação do mercado de carbono.

“As disputas geopolíticas explicam os movimentos de repatriação de investimentos e de conformação de novas parcerias estratégicas. Nesse cenário, o Brasil tem uma oportunidade única”

O governo avançou em alguma das propostas enviadas pela CNI para os primeiros 100 dias de gestão?

Percebemos uma disposição do governo em implementar uma agenda capaz de estimular o processo de reindustrialização. Há consenso sobre a importância da indústria para o desenvolvimento do País. Em relação às propostas do Plano de Retomada da Indústria, há pelo menos cinco medidas que já foram anunciadas pelo governo.

Quais são essas medidas?

Há algumas ações importantes de governança, como a recriação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), a recriação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) e o lançamento da Oficina de Estratégia Industrial pelo MDIC.

Mais um pleito da indústria já atendido foi a recomposição dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) para este exercício. Além disso, o governo tornou o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac) permanente, com a manutenção dos recursos no Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), gerido pelo BNDES.

Entre as propostas do Plano, é possível apontar uma que seja a prioridade máxima?

A CNI entende que é prioritário equacionar o problema do acúmulo de créditos tributários, a começar pelos federais. Para tanto, propõe a edição de uma norma que visa autorizar a homologação tácita dos créditos tributários federais, bem como a restituição dos saldos credores, de forma automática e em bases correntes, com suporte nos valores efetivamente observados e apurados em períodos anteriores. A empresa também poderá, opcionalmente, transferir os seus créditos acumulados ou usá-los para quitar outros débitos.

Como promover os investimentos na indústria?

A aprovação da Reforma Tributária é medida fundamental para a indústria brasileira e tem apoio do governo. A decisão de implementar a “depreciação super acelerada”, outra proposta da CNI, vai estimular investimentos verdadeiramente

produtivos, visto que beneficia a aquisição de máquinas e equipamentos incorporados ao ativo permanente das empresas. A essas ações se soma o anunciado aporte de recursos para os planos anuais da indústria, à semelhança do que já é feito para o agronegócio nos Planos Safra.

Qual é a opinião da CNI sobre a recriação do sistema de financiamento e garantia de exportações?

Essa medida está entre nossas propostas para os 100 primeiros dias que teve boa acolhida pelo governo. A retirada da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF) da lista de privatização é um sinal nesse sentido. O governo também ampliou o limite do Proex-Financiamento, que é uma linha de crédito voltada para operações de exportação de micro, pequenas e médias empresas.

Como os países estão protegendo suas indústrias no atual cenário global?

Os governos das principais economias do mundo hoje mobilizam somas expressivas de recursos públicos para estimular setores e produtos estratégicos. Essa nova geração de planos industriais busca novas fronteiras tecnológicas e maior participação em cadeias globais de valor. As disputas geopolíticas, com destaque para a crescente rivalidade entre Estados Unidos e China, também explicam os movimentos de repatriação de investimentos e de conformação de novas parcerias estratégicas. Nesse cenário, o Brasil tem uma oportunidade única para atrair investimentos e ganhar espaços crescentes no mercado externo.

De que forma a indústria de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) e de medicamentos deve ser contemplada numa nova política industrial?

É necessário ampliar e diversificar a indústria de medicamentos, expandindo o uso da inovação. A política

“É necessário diversificar a indústria de medicamentos, expandindo o uso da inovação. No caso dos IFAs, o País importa mais de 90% do que é utilizado pela indústria farmacêutica, o que expõe o Brasil a choques adversos nas cadeias de produção e distribuição”

“É fundamental que sejam concluídas as discussões sobre um instrumento adicional ao acordo Mercosul-União Europeia, conhecido como *side letter*, proposto para mitigar eventuais impactos ambientais e climáticos”

industrial moderna deve prever segurança sanitária, com desenvolvimento da cadeia produtiva farmacêutica e, ao mesmo tempo, ampliar o acesso à saúde, para beneficiar os diversos setores que estão ligados a essa cadeia.

Em sua visão, o que falta para que o acordo Mercosul-União Europeia seja internalizado e quais serão os benefícios dele?

Cabe sinalizar que o acordo ainda não foi formalmente celebrado. Em junho de 2019, os blocos acordaram as regras do pilar comercial. Então, antes de iniciar o processo de internalização, é preciso que o Mercosul e a UE assinem o texto final do Acordo de Associação, que inclui também um pilar político e de cooperação.

É fundamental que sejam concluídas as discussões sobre um instrumento adicional, conhecido como *side letter*, que foi proposto pelos europeus para mitigar eventuais impactos ambientais e climáticos que o acordo Mercosul-UE possa gerar. A CNI defende que não deve haver reabertura das negociações e que esse instrumento se limite a detalhar as regras do capítulo de Comércio e Desenvolvimento Sustentável, sem gerar novos compromissos.

O Plano de Retomada da Indústria pede a regulamentação do mercado de carbono. Qual é o estado atual desse mercado no mundo?

União Europeia, México, Estados Unidos, Canadá, China e Coreia do Sul são exemplos de economias que já regulamentaram seus mercados. E outros países também anunciaram planos para novas políticas de precificação de carbono, como Israel, Malásia e Botswana.

Esse crescimento evidente se dá, em parte, pelo grande volume de receita gerada, em torno de US\$ 84 bilhões, de acordo com dados do Banco Mundial relativos a 2021.

O Brasil precisa, portanto, se posicionar de forma proativa para que possa aproveitar o enorme potencial

que tem e se inserir nesse contexto global. Para a CNI, o caminho mais adequado é o mercado regulado com adoção do sistema *cap and trade*, em que empresas comercializam permissões de emissões de gases do efeito estufa em um ambiente regulado, com segurança jurídica, transparência e participação do setor privado na estrutura de governança.

A senhora acredita que a indústria local está preparada para entrar no mercado ESG (sustentabilidade ambiental, social e de governança corporativa, na sigla em inglês)?

A indústria brasileira tem se preparado e se posicionado como parte da solução para a retomada do crescimento sustentável. O setor tem investido fortemente em projetos de sustentabilidade e os resultados surgem: entre 2006 e 2016, por exemplo, as indústrias químicas reduziram em 44% as emissões dos seus processos industriais. No setor de alumínio, cerca de 60% de todo insumo produzido no País é reciclado. E as emissões de gases dos fabricantes de cimento no País são 11% menores do que a média mundial.

“A sustentabilidade é cada vez mais parte da estrutura organizacional da indústria brasileira. Pesquisa da CNI revelou que 60% das empresas têm área dedicada ao tema”

Nesse sentido, a CNI apresentou, em 2021, a Estratégia para Consolidar uma Economia de Baixo Carbono, ancorada em quatro pilares. O mercado de carbono é um dos pilares, junto com transição energética, economia circular e conservação florestal.

A sustentabilidade é cada vez mais parte da estrutura organizacional da indústria brasileira. Pesquisa divulgada no ano passado pela CNI revelou que 60% das empresas têm área dedicada ao tema. O levantamento também mostrou que metade das indústrias ouvidas aumentou recursos para ações de sustentabilidade nos últimos 12 meses. E 69% das empresas entrevistadas afirmaram que também pretendem aumentar investimentos com tal finalidade nos próximos dois anos. 



GLOBE

QUÍMICA
SEUS IFAS NO BRASIL

Combinamos experiência, capacidade produtiva e competência para o desenvolvimento e produção de diversos Insumos Farmacêuticos sempre com **Qualidade, Agilidade, Segurança Regulatória** e respeito ao **Meio ambiente**. Estes fundamentos são a base de todos os nossos processos e pelos quais desejamos construir o nosso legado de atuar na saúde, bem-estar e longevidade das pessoas.

#vempraGlobe

UMA EMPRESA DE PESQUISA
QUE PRODUZ IFAS

Matéria Política

REINDUSTRIALIZAÇÃO

GANHA FORÇA

NO DEBATE POLÍTICO

A discussão sobre a necessidade da reindustrialização brasileira voltou forte à agenda política nacional. O tema ocupa espaço central nas falas do governo, sob o termo neindustrialização, conforme apresentado pelo vice-presidente Geraldo Alckmin em recente declaração. Associações de indústria aproveitam a brecha para propor ao Poder Público medidas de estímulo à cadeia produtiva nacional, como o documento Plano de Retomada da Indústria, com as propostas prioritárias da Confederação Nacional da Indústria (CNI) para os 100 primeiros dias de governo. A retomada da indústria não é trivial, mas se faz necessária para reduzir a dependência brasileira de produtos e insumos importados, fortalecer a capacidade de inovação da indústria nacional, especialmente da química fina, e aumentar a segurança sanitária.

O cenário geopolítico internacional é propício à discussão. Apesar de encerrada oficialmente, a pandemia deixou clara a vulnerabilidade das cadeias produtivas globais em momentos de crise mundial. Setores como o da química fina mostraram-se essenciais durante a maior emergência sanitária recente. Diante disso, especialistas ouvidos pela **FACTO** defendem que o Complexo Industrial da Química Fina precisa de atenção prioritária em qualquer política industrial a ser adotada. “O setor químico é fundamental como estratégia de fortalecimento de cadeias produtivas locais, com efeitos de transbordamentos consideráveis, gerando emprego de alta qualificação e renda mais elevada, fortalecendo o mercado interno e contribuindo para a trajetória de neindustrialização e desenvolvimento econômico do País”, afirma Wallace Moreira, secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC).

ENCOLHIMENTO INDUSTRIAL

O cenário é desafiador, aponta Juliana Trece, economista do Núcleo de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV IBRE), devido ao drástico encolhimento da indústria de transformação nacional, setor estratégico por estar na ponta inicial da cadeia produtiva. Recentemente a economista publicou, com Claudio Considera, também economista do FGV IBRE, estudo que revela uma redução prematura da participação da indústria de transformação no Produto Interno Bruto brasileiro. “O Brasil tem apresentado forte perda de participação da produção nacional no total da oferta do País de produtos característicos da indústria de transformação. Isso significa que a importação de produtos característicos dessa

indústria tem ganhado relevância ao longo dos anos no total desses produtos ofertado no País. A partir de dados do Sistema de Contas Nacionais do Brasil, divulgados pelo IBGE, observa-se que a importação dessa categoria de produtos aumentou de relevância em 5,7 pontos percentuais (p.p.) na oferta a preços básicos, entre 2000 e 2020”, explica.

De acordo com ela, o Complexo Industrial da Química Fina apresenta perda mais significativa. “Na análise específica de produtos característicos do setor da química fina, observa-se que este padrão se repete de forma ainda mais acentuada. Enquanto a oferta dos produtos característicos do total da indústria de transformação foi composta por 19,1% de importados em 2020, a de produtos característicos apenas do setor da química fina representou 37,3% do total da oferta desses produtos em 2020; um aumento de 13,9 p.p. entre 2000 e 2020”. Para fazer esse cálculo, ela explica que se baseou nos códigos CNAE referentes às atividades que compõem a química fina, em uma agregação aproximada. No gráfico, é possível ver a evolução da porcentagem de importados na oferta nacional total de produtos da química fina.

RISCOS DA DEPENDÊNCIA

Especialistas apontam os riscos do encolhimento da produção nacional nesse setor, considerado estratégico para o País. “Pelo fato de a indústria da química fina ser composta por segmentos de extrema necessidade, como é o caso de farmoquímicos e farmacêuticos, a ampliação da inserção da importação destes tipos de produtos na oferta brasileira evidencia o aumento da dependência externa e a necessidade de se repensar a indústria no País de forma a garantir a segurança e o abastecimento local”, argumenta a economista do FGV IBRE.

Composição da oferta a preços básicos dos produtos característicos do setor da química fina (em %)



Os riscos dessa alta dependência externa ficaram mais evidenciados nos últimos três anos e mostram a necessidade de o Brasil ter uma indústria capaz de atender à demanda nacional, enfatiza Uallace Moreira. “A pandemia da covid-19 e a guerra entre Rússia e Ucrânia têm demonstrado a importância de se ter cadeias internas produtivas fortes em setores como saúde e fertilizantes, tanto do ponto de vista econômico como social, estando estreitamente ligada à segurança nacional. Por exemplo, a dependência da produção de medicamentos, insumos ou equipamentos médicos estrangeiros em casos de necessidade, como de uma pandemia ou um conflito internacional, pode significar, como significou, a vida de milhares de brasileiros. Assim como no setor de fertilizantes, a escassez deixa em evidência a exposição do País à vulnerabilidade da oferta internacional, inclusive afetando até mesmo o nível de preços no mercado nacional”, disse.

O segmento farmoquímico é um dos que mais sofre com a dependência de insumos importados, e também um dos que traz mais vulnerabilidade ao País, alerta Peter Andersen, CEO do Grupo Centroflora. “O cenário atual apresenta uma preocupante dependência de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) importados, que já tem mostrado seus efeitos nocivos à saúde da população brasileira. É o que vimos, durante a pandemia, com a falta de diversos insumos farmacêuticos”. Andersen lembra que esse processo vem acontecendo há décadas. Para ele, caso o quadro não se reverta, as consequências podem ser devastadoras. “Sofremos os impactos da transferência da indústria de intermediários químicos e de fabricação de IFAs do Ocidente para o Oriente, iniciada na década de 1980, em especial para

Índia e China, onde os custos e o controle de impactos ambientais são menores. Sem uma mudança de rumos para a produção de IFAs nacionais, corremos o risco de em pouco tempo acabarmos com a pouca produção local, e perpetuarmos essa dependência nociva de ingredientes importados para a fabricação de medicamentos. Isso, mais cedo ou mais tarde, levará ao desabastecimento desses produtos à população e vai pôr em xeque a habilidade do governo em garantir o acesso à saúde básica aos brasileiros”.

RETOMADA DE INVESTIMENTOS

Por trás do fenômeno da desindustrialização brasileira está o baixo investimento, tanto público quanto privado, aponta Juliana Trece. “A histórica baixa taxa de investimentos nacional, em comparação à maior parte dos países, é um dos principais aspectos que contribuíram para a deterioração da indústria nacional, por dificultar a ampliação tecnológica necessária frente aos rápidos avanços em tecnologia que têm se observado nos últimos anos. O setor público brasileiro enfrenta dificuldades para financiar investimentos de infraestrutura como realizava no passado e, portanto, a parcela mais relevante dos investimentos deve vir do setor privado”, explica. A dificuldade, no entanto, é o País atrair investimentos privados. “Para isso, é necessária a redução do nível de incerteza tanto econômico quanto político. Mas, com base na última década, em que se observou uma das maiores crises econômicas do Brasil, entre 2014 e 2016, além de forte polarização política, atrair investimentos privados a ponto de elevar consideravelmente a taxa de investimentos parece ser um grande desafio”, lamenta.

Uallace Moreira afirma que o novo governo está atento à questão. O caminho para a reindustrialização, ou neindustrialização, como o governo tem chamado, passa pela retomada dos investimentos públicos. “A nossa confiança é que o investimento público em ciência, tecnologia e inovação será retomado e voltará a crescer. Nesse sentido, os instrumentos existentes deverão ser aperfeiçoados e novos deverão ser instituídos”, promete. Para isso, uma das primeiras medidas é o reequilíbrio fiscal. “O governo acaba de apresentar proposta para reequilibrar as contas públicas e permitir a queda dos juros. A responsabilidade fiscal é pedra fundamental para a retomada do crescimento do País”, enfatiza. O secretário destaca ainda a importância de Estado e setor privado atuarem em prol de um mesmo objetivo. “A articulação entre o setor privado e o governo é essencial para fomentar a ciência, tecnologia e inovação. Por exemplo, na crise da covid-19, segundo a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), 72% das pesquisas direcionadas para o desenvolvimento da vacina contra a covid receberam recursos provenientes de fundos públicos, promovendo uma articulação entre governo e setor privado em prol da vida e da inovação. Essa parceria entre Estado e setor privado é primordial para o desenvolvimento da ciência, da inovação e tecnologia”, argumenta.

Peter Andersen também defende a aproximação entre governo e indústria, pois, como aponta, o processo de reindustrialização demanda tempo. “A produção de IFAs dentro do Brasil é um tema que precisa da união do governo, indústria química, indústria farmacêutica e indústria farmoquímica, que, juntos, precisam construir uma solução que atenda às necessidades nacionais. É preciso ter em mente que a estruturação para a produção desses ativos no País demanda fortes investimentos e, pelo menos, dez anos de horizonte. Por isso, a hora de agir é agora, enquanto o problema é contornável e os desabastecimentos ainda não são tão frequentes como poderão ser no futuro”, alerta.

POLÍTICA INDUSTRIAL

O deslocamento de indústrias para países asiáticos não é um fenômeno apenas brasileiro, mas mundial. Estados Unidos e nações europeias também sentiram os efeitos, durante a pandemia, do desarranjo das cadeias globais. Como resposta, muitos voltaram a elaborar políticas industriais ativas, focadas na defesa de interesses estratégicos, na busca por autonomia produtiva, na transição energética e em uma agenda de sustentabilidade.

Foto: Bianca Gens Fotografia



“Pelo fato de a indústria da química fina ser composta por segmentos de extrema necessidade, como é o caso de farmoquímicos e farmacêuticos, a ampliação da inserção da importação destes tipos de produtos na oferta brasileira evidencia o aumento da dependência externa e a necessidade de se repensar a indústria no País de forma a garantir a segurança e o abastecimento local”

Juliana Trece, economista do Núcleo de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV IBRE)

//Matéria Política

Peter Andersen acredita que esse é um caminho a ser perseguido pelo Brasil, mas há obstáculos. “Diversos países ocidentais estão desenvolvendo estratégias agressivas para reduzir essa dependência, e o Brasil ainda está numa fase embrionária, de tentar juntar os diferentes atores que poderiam mudar esta realidade”, afirma. “O grande desafio de uma política industrial voltada à produção de IFAs é, primeiro, a conscientização de que se trata de uma política de Estado, e não de um governo ou com vieses ideológicos”, complementa. Na sua visão, os últimos governos não deram a devida importância ao tema.

Uallace Moreira também defende a importância de o Brasil ter uma política industrial. “Todos os países que almejam manterem-se ou tornarem-se desenvolvidos adotam estratégias de política industrial”, afirma. Segundo ele, o governo atual está trabalhando pela elaboração de uma nova política industrial, com vistas ao desenvolvimento do País. “A política industrial deve servir de ferramenta para fortalecer e aprimorar a indústria nacional, em cooperação com as indústrias regional e global. Também deve considerar todas as iniciativas já existentes em termos de leis, programas e ações vigentes, de forma que estejam coordenadas e, se necessário, aperfeiçoadas. A política precisa ainda da participação do setor produtivo, tanto na sua concepção quanto na sua implementação, monitoramento e avaliação”, argumenta.

São dois os objetivos principais do governo, de acordo com Moreira: fortalecer o que já existe e fomentar a inovação. “A intenção é que a nova política industrial possa estar alicerçada em pilares que tenham como objetivo fortalecer a cadeia produtiva interna, aquecendo setores produtivos estratégicos onde o Brasil já tem capacidades produtivas internas construídas, com resultados duradouros que possam persistir no longo prazo, mesmo com eventuais mudanças de governo”, explica. “O objetivo é que, dentre os resultados, possamos ter maior volume de investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no setor da química fina no Brasil, bem como a ampliação da produção com maior valor agregado, no mercado doméstico e no exterior. A finalidade é criar as possibilidades para o *catch-up* tecnológico do Brasil, essencial para o País superar a armadilha da renda média. Ou seja, a promoção e o fomento à inovação são elementos chave para o êxito de uma neoindustrialização. Na verdade, inovação e desenvolvimento sustentável são aspectos chaves de uma trajetória de neoindustrialização do Brasil”, complementa.

Foto: Renato Villas



“O setor químico é fundamental como estratégia de fortalecimento de cadeias produtivas locais, com efeitos de transbordamentos consideráveis, gerando emprego de alta qualificação e renda mais elevada, fortalecendo o mercado interno e contribuindo para a trajetória de neoindustrialização e desenvolvimento econômico do País”

Uallace Moreira, secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do MDIC

Foto: Fabio Franci



“Sem a mudança de rumos para a produção de IFAs nacionais, corremos o risco de em pouco tempo acabarmos com a pouca produção local, e perpetuarmos essa dependência nociva de ingredientes importados para a fabricação de medicamentos”

**Peter Andersen,
CEO do Grupo Centroflora**

O avanço tecnológico é de fundamental importância para permitir ao País fabricar, em território nacional, insumos essenciais para a produção de medicamentos. Nesse aspecto, Peter Andersen defende que a transferência de tecnologia para a produção de IFAs e, especialmente, de intermediários seja prioridade na elaboração de uma política industrial nacional. “Não podemos esquecer a necessidade de desenvolvermos também a indústria química de fornecimento dos intermediários para garantir a fabricação dos IFAs em solo brasileiro. Das poucas empresas que ainda resistem às dificuldades regulatórias e mercadológicas, bem como à falta de incentivo à indústria nacional, nenhuma hoje produziria IFAs se não tivesse acesso à importação de intermediários”, alerta.

Também na visão do CEO do Centroflora, outro ponto a ser abrangido em uma nova política é o incentivo ao estabelecimento de parcerias com produtores de países da América Latina. “O *nearshoring* é um plano possível, levando em consideração que toda a América vai sofrer com a eventual carência de importação de IFAs e intermediários. Ações alinhadas com esses parceiros, com o objetivo de aproveitar o pequeno parque farmoquímico da região, são de fundamental importância”, acredita.

Uallace Moreira garante que esse é um tema que está no radar do Executivo. “O governo brasileiro está atento e acompanhando os movimentos de deslocamentos de plantas industriais e, principalmente, de centros de P&D, no sentido de que o País possa estar cada vez mais bem inserido nos fluxos de comércio internacionais, principalmente com redução da nossa dependência externa, e com aumento das nossas exportações, especialmente aquelas de maior conteúdo tecnológico. O estreitamento de laços com parceiros regionais pode ser uma estratégia importante para fortalecer a economia local e deve ser mais bem explorado”, defende.

Ainda segundo ele, outras pautas relativas à química fina integram a atual agenda política do governo, como a sustentabilidade e a Agenda 2030. “A sustentabilidade, em todas as suas vertentes, tem papel central nas políticas do novo governo, inclusive na política industrial. Precisamos superar mazelas nas diversas frentes abraçadas pela Agenda 2030. O Brasil tem todas as condições para tornar-se referência neste tema em razão de nossas potencialidades na geração de energia limpa, investindo ao mesmo tempo na criação de mais empregos e de melhor qualidade e na inclusão social. A química fina é e será cada vez mais essencial nesse processo, seja no uso sustentável de recursos, seja na geração de empregos”, afirma. 🍇



Foto: Divulgação

GERALDO ALCKMIN SE REÚNE COM REPRESENTANTES DA QUÍMICA FINA

O vice-presidente do Brasil e também ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, participou em maio de audiência com grupo de empresários do Complexo Industrial da Química Fina (CIQF), em iniciativa liderada pela ABIFINA. O encontro teve como objetivo debater propostas para o fortalecimento da indústria nacional e a consequente reindustrialização do País.

Na ocasião foram apresentados os eixos prioritários que refletem a visão estratégica da Associação para a retomada do desenvolvimento industrial e abrangem áreas-chave para o crescimento sustentável do setor da química fina. A comitiva era formada por representantes dos diversos segmentos que compõe o quadro de associados da entidade, abarcados também nas propostas expostas.

Na ocasião foram apresentados os três eixos prioritários que refletem a visão estratégica da entidade para a retomada do desenvolvimento industrial e abrangem áreas-chave para o crescimento sustentável do setor da química fina. O CIQF é considerado um pilar estratégico para a economia nacional e para a promoção da saúde e do bem-estar dos brasileiros, pois dele se origina uma extensa variedade de produtos fundamentais, como fármacos, medicamentos, vacinas, defensivos agrícolas e para a saúde animal. Todos os segmentos representados pela ABIFINA estão contemplados nas propostas apresentadas.

Eixo 1 Fortalecimento da produção local

Engloba a elaboração de políticas que impulsionem a competitividade e a sustentabilidade da indústria nacional, incluindo o desenvolvimento de produtos estratégicos, parcerias público-privadas e cooperação tecnológica.

Eixo 2 Incentivo à responsabilidade socioambiental

Reúne ações para o fortalecimento da cadeia produtiva com matérias-primas sustentáveis, por meio da preservação da biodiversidade e da adoção de práticas responsáveis.

Eixo 3 Promoção do comércio exterior, desenvolvimento científico e inovação

Abrange iniciativas voltadas ao fortalecimento de redes de pesquisa, à formação de recursos humanos especializados e à revisão dos marcos regulatórios. Nesse eixo estão incluídos também a promoção de um ambiente regulatório eficiente e o apoio à internacionalização das empresas brasileiras.

A ABIFINA aproveitou a oportunidade para reforçar a importância da existência de espaços de diálogo que possibilitem a articulação entre os setores público e privado, em especial o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), reestruturado em abril, e o Grupo Executivo do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (GECEIS), recriado no mesmo mês.

A person wearing a full white protective suit, including a hood and face mask, is working in a laboratory or industrial setting. They are standing on a small white step ladder and adjusting a large, cylindrical stainless steel piece of equipment. The background shows other industrial machinery and a clean, bright environment with circular ceiling vents.

Setorial Saúde

COMPLEXO ECONÔMICO-INDUSTRIAL DA SAÚDE:

UM NOVO DESAFIO?

A saúde de sua população está entre as principais responsabilidades do Estado. Para tal, um dos principais pontos é contar com um complexo industrial que forneça tratamentos e medicamentos necessários ao bem-estar dos cidadãos. Essa premissa foi seriamente abalada durante a pandemia de covid-19, quando ficou evidente para a sociedade a incapacidade do Poder Executivo de prover o sistema de saúde com vacinas e a dependência do País em relação ao mercado internacional. Já o novo governo acena com uma reestruturação do complexo de saúde. No entanto, mais do que autonomia em relação a imunizantes, uma nova política para o setor traria a incorporação de tecnologias avançadas e tornaria as empresas nacionais mais competitivas, com impactos positivos em diversas cadeias produtivas.



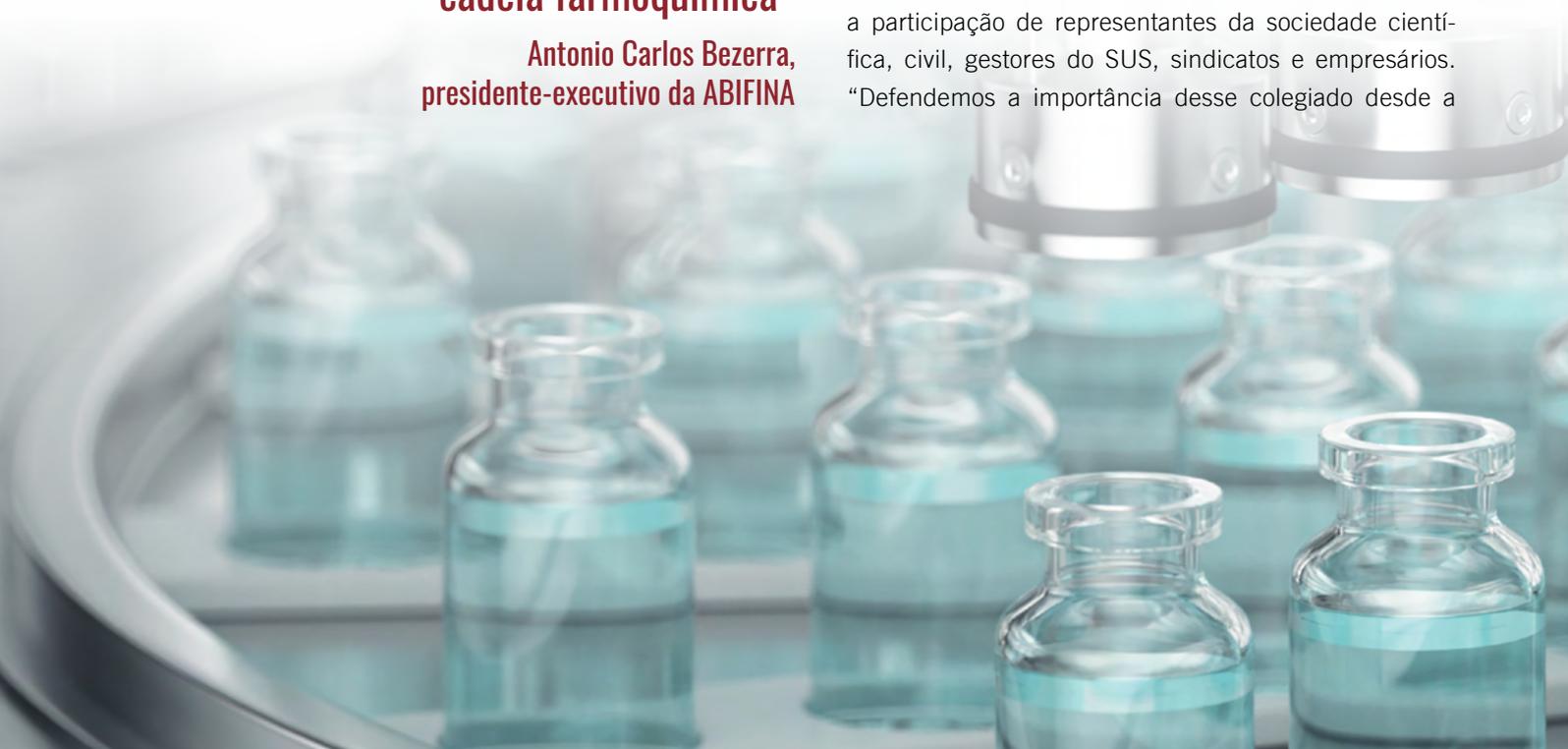
“Não se trata apenas de obter autonomia na produção de medicamentos e imunizantes. A fabricação local traz desenvolvimento tecnológico, incorporação de novas tecnologias e produtos mais avançados. Esses avanços se espalham por diversos níveis, e não apenas na cadeia farmoquímica”

**Antonio Carlos Bezerra,
presidente-executivo da ABIFINA**

Um dos elementos consiste na criação de um sistema de vacinação eficaz, que garanta a imunização dos habitantes. Se, no passado, o Brasil era referência no tema, a recente pandemia de covid-19 evidenciou deficiências e trouxe à tona o debate sobre a produção de vacinas no País. Para a sociedade, ficou clara a necessidade de discutir a construção de uma cadeia produtiva de agentes imunizantes, capazes de tornar o Brasil independente na questão das vacinas e de garantir a segurança nacional.

Não é de hoje que o Brasil é dependente de insumos farmacêuticos produzidos no Exterior em função das fragilidades da cadeia produtiva da saúde. Preocupado em garantir a segurança nacional, o Governo Federal está incentivando o desenvolvimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS), com o intuito de reduzir a dependência do País por meio da produção de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) nacionais, e de incrementar o acesso a serviços de saúde. A meta é que 70% das necessidades do Sistema Único de Saúde (SUS) sejam produzidas domesticamente nos próximos dez anos.

Uma das ações imediatas mais estratégicas para a reconstrução desta agenda foi a criação do Grupo Executivo do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (GECEIS), que ficou estagnado nos últimos anos. Dirigentes da ABIFINA e das empresas associadas, representantes dos segmentos farmoquímico e farmacêutico, participaram em abril de evento promovido pelos Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), no qual foi anunciada, entre outras medidas, a remodelação do GECEIS – Decreto nº 11.464, de 3 de abril de 2023, incorporando a participação de representantes da sociedade científica, civil, gestores do SUS, sindicatos e empresários. “Defendemos a importância desse colegiado desde a



criação do então GECIS, em 2008. Com o novo modelo de atuação, mais participativo, temos certeza de que teremos muito a contribuir, com o compromisso de colaborar para o aprimoramento do arcabouço legal do setor”, avalia Antonio Carlos Bezerra, presidente-executivo da ABIFINA.

De acordo com Bezerra, o fato de o novo governo já ter demonstrado interesse em promover mudanças na política de Estado para o setor é um alento. “Não tínhamos participação alguma no governo Bolsonaro, que descontinuou diversas Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs) e projetos. Em alguns casos, essas parcerias precisarão de mais do que um redesenho. Será preciso reformulá-las mesmo”, adianta.

Para ele, o Poder Executivo vem recuperando ideias de exercícios anteriores em relação ao complexo da saúde. “Ficou claro que há uma sinalização positiva da parte do governo. Já fizemos contatos e levamos uma pauta com sugestões. Ainda não houve ação, mas estamos com boas expectativas”.

Dois projetos de lei merecem especial atenção. O PL 4209/ 2019, que estabelece que medicamentos com IFAs fabricados no Brasil tenham prioridade na análise pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), e o PL 1505/ 2022, que cria mecanismos de incentivo e estímulo ao desenvolvimento do CEIS. “Este último traz parâmetros para o Complexo, como estrutura, acompanhamento, sistematização. Ter um arcabouço legal é importante, pois a política para o setor ainda é frágil, fundamentada em decretos e portarias. Essa legislação traz segurança jurídica e previsibilidade”, analisa Bezerra.

Para assegurar investimentos em pesquisa e desenvolvimento no setor farmacêutico, garantindo que as políticas públicas sejam voltadas para o bem-estar da população e para a sustentabilidade financeira, é

Foto: André Tullis



“Não conseguimos avançar significativamente no ranking de inovação, figurando no 54º lugar entre os países. Podemos dizer que não conseguimos transformar ciência em inovação. Precisamos de uma política pública que possa integrar a academia aos setores produtivos, sinalizando as necessidades da sociedade”

Walker Magalhaes Lahmann, diretor-executivo de Relações Institucionais e Novos Mercados da Eurofarma



//Setorial Saúde

fundamental definir prioridades claras que preservem a sintonia entre políticas sob responsabilidade de diferentes instituições públicas. De acordo com Carla Reis, chefe do Departamento do Complexo Industrial e de Serviços do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o processo de escolha das prioridades precisa ser socialmente legítimo, construído de modo democrático e resultar de interação entre os diferentes atores e perspectivas, instituições públicas, do setor empresarial e, também, da sociedade civil organizada. “A recriação e a ampliação do GECEIS foi um passo fundamental nessa direção. O BNDES integra o Grupo Executivo e contribuirá para a construção de uma agenda propositiva, especialmente nas políticas de financiamento”.

Carla Reis destaca que o setor farmacêutico avançou muito nas últimas décadas. Em 2003, a indústria investia 1% da receita em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), tendo chegado a 2,6% em 2017, número bem superior ao da média da indústria de transformação, que permaneceu em 0,8%. “Além disso, os avanços qualitativos foram também notórios: nas últimas duas décadas, o setor se adequou às Boas Práticas de Fabricação, dominou a P&D de medicamentos genéricos e, em seguida, incorporou inovações incrementais em suas rotinas. Também vem internacionalizando suas atividades de P&D e investindo, ainda que pontualmente, em inovações radicais”, afirma.

Walker Lahmann, diretor-executivo de Relações Institucionais e Novos Mercados da Eurofarma, concorda com o cenário descrito e acrescenta que, segundo dados da Pesquisa de Inovação (Pintec)/IBGE, os valores absolutos dos investimentos feitos por farmacêuticas de capital nacional são expressivamente maiores do que os realizados pelas empresas de capital estrangeiro. “A Eurofarma, por exemplo, tem mais de 400 projetos no *pipeline* e investiu R\$ 590,6 milhões em P&D em 2022, valor equivalente a 7,4% da receita líquida e 63% superior aos investimentos realizados em 2021”. Segundo ele, o aumento de investimentos em P&D busca garantir a ampliação do acesso da população aos medicamentos, com alta qualidade e preços acessíveis, e contribuir para o desenvolvimento econômico. “O poder público também deve fazer sua parte, com a implementação de ações estratégicas, como garantir segurança jurídica na regulamentação para que as normas permaneçam válidas após o longo tempo de desenvolvimento demandado por medicamentos; revisar a regulação específica para que as regras possam acolher as necessidades da inovação nos dias de hoje, notadamente para registro,



Foto: Arquivo pessoal

“O processo de inovação é interativo e, embora em muitos casos possa começar na universidade, com a pesquisa científica, ele só se completa com a introdução das inovações no mercado. Daí a importância central de fortalecer os mecanismos de interação entre empresas e instituições tecnológicas”

Carla Reis, chefe do Departamento do Complexo Industrial e de Serviços do BNDES

pesquisas clínicas e preços de medicamentos; articular a atuação de órgãos governamentais para que possam propiciar e estimular um ambiente propício à inovação e buscar desoneração tributária para internalização de tecnologias inovadoras no País, principalmente para serviços realizados no Exterior”.

Walker explica que, entre os principais obstáculos para o desenvolvimento do setor farmacêutico, estão a ausência de uma legislação mais moderna, a falta de segurança jurídica e uma política de preços que remunere

de forma adequada a inovação feita no Brasil. “Sabemos que o Brasil não é protagonista em investimentos em ciência e tecnologia, mas mantemos a honrosa 14ª posição no ranking de países por número de publicações científicas. No entanto, não conseguimos avançar significativamente no ranking de inovação, figurando no 54º lugar entre os países. Podemos dizer que não conseguimos transformar ciência em inovação. Precisamos de uma política pública que possa integrar a academia aos setores produtivos, sinalizando as necessidades da sociedade”, ressalta ele.

Para que esse investimento em pesquisa e desenvolvimento leve o País a tornar-se mais competitivo no mercado global de saúde, não basta reconhecer a importância da ciência, tecnologia e inovação. “É essencial reestruturar os mecanismos de apoio a essas atividades, para que sejam estáveis e adequados aos diferentes atores e estágios das cadeias de desenvolvimento”, comenta Carla Reis, chefe do Departamento do Complexo Industrial e de Serviços do BNDES. “Por um lado, [é preciso] reativar o sistema de crédito com condições financeiras adequadas e desenvolver mecanismos de compartilhamento de risco para apoiar projetos de inovação radical. Por outro, avançar no fortalecimento e capacitação das instituições científicas e tecnológicas, universidades e *startups* que atuam na cadeia de pesquisa e desenvolvimento”.

Ela lembra ainda que é necessária a criação de um ambiente propício à interação e a colaboração entre os diversos atores que integram o sistema nacional de inovação. “O processo de inovação é interativo e, embora em muitos casos possa começar na universidade, com a pesquisa científica, ele só se completa com a introdução das inovações no mercado. Daí a importância central de fortalecer os mecanismos de interação entre empresas e instituições tecnológicas”.

O diretor-executivo da Eurofarma acrescenta que há algumas medidas que podem ser tomadas pelo Estado para fomentar a inovação no País. “Aumento dos recursos e destinados a P&D e melhoria das condições advindos do BNDES e Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), além da ampliação da subvenção econômica para projetos com maior risco e revisão das regras do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) para melhorar a governança e investir em projetos de inovação aplicada. Por último, fortalecer a segurança jurídica e aprimorar a regulação da inovação”, lista ele.

Bezerra acredita que outros pontos devem ser priorizados, como o fortalecimento da Anvisa, que deveria contratar novos servidores e modernizar a área de Tecnologia da Informação, e do Instituto Nacional da Propriedade

Industrial (INPI). “O INPI precisa contar com uma estrutura adequada para que faça a análise de patentes mais rápido e com qualidade, de forma a alcançar a meta de concedê-las em, no máximo, dois anos”.

Segundo Bezerra, a reativação do Complexo deve ser inserida como parte de uma política industrial para o setor químico e farmacêutico, com a presença de um marco regulatório consistente ligado ao crescimento econômico. “Não se trata apenas de obter autonomia na produção de medicamentos e imunizantes. A fabricação local traz desenvolvimento tecnológico, incorporação de novas tecnologias e produtos mais avançados. Esses avanços se espalham por diversos níveis, e não apenas na cadeia farmoquímica. O resgate dessa política vai ajudar a economia como um todo. Afinal, a saúde responde por quase 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do País. Isso vai gerar empregos e impostos, fazendo a economia girar”, explica.

Opinião semelhante tem Carla Reis, que ressalta que, ainda que a participação do setor no PIB seja significativa, mais importantes são os aspectos sociais, tecnológicos e estratégicos relacionados. “Isso ficou ainda mais claro no mundo que emergiu depois da pandemia de covid-19. A resposta da indústria à pandemia veio na forma de vacinas eficazes e seguras, com tecnologia avançada, que permitiram seu rápido desenvolvimento, o que demonstrou sua relevância para o bem-estar da sociedade”, considera a representante do BNDES.

“Mas a pandemia também escancarou algumas vulnerabilidades das cadeias globais de valor, sobre as quais está organizada a indústria farmacêutica. A complexidade dessa organização somada aos choques de oferta e demanda levaram a interrupções no fornecimento e à escassez de diversos produtos farmacêuticos vitais em todo o mundo. Especificamente em IFAs, os importados representam cerca de 90% de tudo o que consumimos domesticamente”, alerta Carla Reis.

O novo cenário suscitou debate em países do Ocidente, que passaram a considerar a possibilidade de repatriar a produção de IFAs e medicamentos. No caso do Brasil, incentivar a produção doméstica desses itens vai além de reduzir a vulnerabilidade. “Na verdade, esse novo contexto geopolítico é uma oportunidade para o Brasil redefinir sua participação na cadeia da indústria farmacêutica internacional, apresentando-se como produtor neutro e confiável de vacinas, medicamentos e IFAs”, ressalta Carla Reis. Resta saber se o País vai ter ambiente e vontade política para tomar as medidas necessárias para dar um salto tecnológico e incrementar sua inserção no mercado. 



OUROFINO AGROCIÊNCIA SE FORTALECE NO MERCADO DE PATENTES COM SOLUÇÕES AGRÍCOLAS INÉDITAS

Além dos estudos da própria equipe, parcerias internacionais contribuíram para o registro de produtos patenteados

A Ourofino Agrociência vem se consolidando no mercado de patentes com a busca constante por inovações adaptadas e conectadas à agricultura nacional. Desde sua fundação, a companhia busca contribuir para a maior rentabilidade do produtor a partir de alternativas em formulações já existentes. Este objetivo foi ratificado com o estabelecimento do propósito de **reimaginar a agricultura brasileira**.

Parcerias estratégicas com institutos e pesquisadores de referência vieram para somar ao trabalho do time de pesquisa para o desenvolvimento de novas soluções e inovações. Dessa forma, a Ourofino Agrociência deu um

salto ao futuro sustentável com a vinda das sócias japonesas Mitsui & Co. e ISK. A parceria, que tem o objetivo de compartilhar conhecimento e transferir tecnologia, já rendeu a patente de dois produtos: o inseticida Goemon, para o controle de lagartas, e o herbicida Terrad'or, solução para o manejo de plantas daninhas resistentes.

A patente do herbicida Templo, conquistada em fevereiro deste ano, é o resultado do trabalho dos pesquisadores da Ourofino Agrociência e diversos parceiros. Esta solução tem um significado histórico para a companhia, pois é o primeiro **produto reimaginado e patenteados** desenvolvido inteiramente pela empresa. O Templo oferece segurança,

economia e velocidade no controle de diferentes plantas daninhas e na erradicação da soqueira de cana-de-açúcar.

Leonardo Araújo, diretor de Marketing, P&D e PDI da Ourofino Agrociência, conta que, incluindo o Templo, a empresa possui 11 **produtos reimaginados**, todos desenvolvidos especialmente para as características e necessidades específicas do solo e clima brasileiros.

Araújo revela que a empresa possui planos para o lançamento de diversas outras soluções, dentre reimaginados e patenteados. “A meta é ampliar o faturamento de forma sustentável, com crescimento e diversidade no portfólio. Temos a expectativa de chegar a 60 soluções no exercício-fiscal 2023/24”, ressalta.

INVESTIR EM GENTE E PESQUISA

A Ourofino Agrociência tem a meta de chegar à marca de R\$ 3 bilhões em faturamento nos próximos anos. Araújo explica que a companhia está atenta ao cenário atual e que, para competir, entende que é preciso estar disposto a evoluir, com oferta contínua de novas soluções e serviços. “O nosso objetivo é que o crescimento seja sempre sustentável”, afirma.

As áreas de pesquisa e inovação da empresa têm merecido atenção especial com investimento de aproximadamente 2,5% do faturamento. O diretor afirma que a empresa busca soluções diferenciadas e misturas de ativos para melhorar os resultados e a produtividade para os agricultores.

Araújo conta que, dentre diversas certificações, a empresa recebeu prêmios de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido. Ele cita terem ficado, pelo segundo ano consecutivo, entre as 10 melhores empresas do setor de defensivos agrícolas, ocupando o 6º lugar no Prêmio Revista Globo Rural. Outra conquista foi estar no ranking das 10 melhores indústrias para se trabalhar do *Great Place to Work* e ser campeã do Prêmio Estadão Empresas Mais no ranking geral de Inovação.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Com o trabalho e propósito de **reimaginar a agricultura brasileira** da Ourofino Agrociência, o produtor conta com uma oferta de defensivos pensados por quem tem experiência e acompanha de perto os problemas enfrentados pela agricultura nacional. São soluções desenvolvidas em parcerias com institutos de pesquisa, universidades e renomados pesquisadores, considerando as particularidades de cada região do Brasil.

Através de seu Centro Tecnológico, a empresa conta com uma estrutura dedicada para trabalhar na inovação de seus produtos, desenvolvendo soluções diferenciadas que recebem o selo de **produtos reimaginados**. “Estas

tecnologias foram testadas e aprovadas pelos principais institutos de pesquisa”, enfatiza o diretor.

Todos os itens deste portfólio reimaginado possuem pelo menos um dos 11 atributos diferenciais oferecidos pela companhia: absorção; adesividade; distribuição no solo; encapsulamento; fotoproteção; liberação gradativa; sistemicidade; tolerância à seca; tolerância às chuvas; transposição; e compatibilidade.

ESTAÇÃO EXPERIMENTAL

Todos os **Produtos Reimaginados** passam por testes oficiais de campo para receberem registro de produtos, emissão de laudos de viabilidade econômica, praticabilidade agrônômica, fitotoxicidade e comprovações de eficiência de defensivos agrícolas. A etapa de pesquisa à campo é realizada na Estação Experimental da Ourofino Agrociência de Guataparã (SP), equipada com estrutura de alta tecnologia em mais de mil hectares de área.

A Estação é credenciada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e se tornou referência no Brasil. No local são realizados mais de 500 estudos por ano, envolvendo equipes de pesquisa e desenvolvimento para criação, manutenção e utilização de vegetais com finalidade de ensino, pesquisa e desenvolvimento científico.

A empresa conta ainda com outras estações experimentais localizadas nos estados do Paraná e de Goiás. Nelas, também são desenvolvidos estudos para herbicidas, inseticidas e fungicidas para

obtenção dos registros de comercialização. “Os testes oficiais e as comprovações de eficiência têm contribuído estrategicamente para o fortalecimento da marca, garantindo mais rentabilidade ao negócio, bem como auxílio no trabalho dos agricultores brasileiros”, reforça Araújo.

Ele explica que o trabalho desenvolvido é todo realizado com base no propósito da companhia de encontrar soluções diferenciadas para a agricultura brasileira. Tudo, segundo ele, corrobora com o objetivo da empresa, baseado em três pilares principais: Inovando para a agricultura brasileira; Presença constante. Construindo valor; e Crescendo com a Agricultura Brasileira. “Trabalhamos para manter o País como referência em agricultura de ponta. Afinal, aqui, a gente **reimagina e faz**”, finaliza o diretor de Marketing, P&D e PDI da Ourofino Agrociência. 🌱



Leonardo Araújo, diretor de Marketing, P&D e PDI da Ourofino Agrociência



Foto: André Felles

Ana Claudia Dias de Oliveira

Consultora de Propriedade Intelectual e Biodiversidade da ABIFINA

AS PATENTES DE SEGUNDO USO NO BRASIL

As patentes de segundo uso são patentes que protegem novos usos de uma substância já conhecida. Apesar de o Acordo TRIPS definir que os países membros são livres para decidir sobre a patenteabilidade dos usos de produtos já conhecidos, a lei brasileira (Lei nº 9.279/96 - LPI) não incorporou essa flexibilidade. Embora não tenha vedado o patenteamento de novos usos, a lei inseriu critérios nas Diretrizes de Exame de Pedidos de Patentes.

As Diretrizes de Exame – Bloco I (Res. INPI nº 124/2013) definem que, na área farmacêutica, as reivindicações que envolvem o uso de produtos químico-farmacêuticos para o tratamento de uma nova doença devem utilizar o formato de Fórmula Suíça (“Uso de um composto de fórmula X, caracterizado por ser para preparar um medicamento para tratar a doença Y”), tipo de reivindicação que tenta diferenciar o segundo uso de método de tratamento, não patenteável no Brasil.

As Diretrizes de Exame na Área Química (Res. INPI nº 208/2017) consideram que, para ser considerada nova, a invenção de novo uso médico deve revelar a aplicação do produto já conhecido para produzir um medicamento para tratar ou prevenir uma doença diferente e com mecanismo de ação diferente do uso já revelado. As evidências do novo uso devem estar presentes já no ato de depósito, não sendo aceita a comprovação do uso pleiteado no decorrer do exame técnico. Além disso, a comprovação deve ocorrer por meio de testes *in vivo*, porque nem sempre os testes *in vitro* confirmam os resultados obtidos *in vivo*. Ou seja, existe a possibilidade de concessão de patentes de segundo uso médico no País. Entretanto, há regras a serem seguidas pelos requerentes e pelos examinadores do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI),

o que reduz o número de concessões e as tentativas de proteção de método de tratamento.

No Brasil, os novos usos são passíveis de proteção, mas devem atender aos requisitos e condições de patenteabilidade. Internamente, pedidos de segundo uso são examinados como processos e resultam de P&D que envolve testes pré-clínicos e clínicos e produzem efeitos técnicos. Para o INPI, o efeito de uma patente de novo uso médico é a disponibilização de uma nova opção terapêutica para uma outra doença, em que a nova indicação terapêutica é incorporada à bula do medicamento de referência.

Uma crítica a esse tipo de patente é que a descoberta de um novo uso por si só não seria suficiente para comprovar todos os critérios para a concessão da patente, principalmente a atividade inventiva. E ainda, que o patenteamento de novos usos médicos aumentaria o escopo de proteção e acarretaria a extensão do monopólio do produto, visto que tais reivindicações conferem proteção para o uso do composto para a preparação de um medicamento para tratamento de uma doença específica. O problema é que quando a patente é obtida pelo mesmo titular da patente do composto original, a extensão do monopólio fica garantida pela nova indicação terapêutica protegida.

Na prática, alguns exemplos evidenciam equívocos cometidos pelo INPI ao longo do exame administrativo. O pedido de patente BR112016017897-1, de titularidade da Astellas, reivindica o uso de gilteritinibe no tratamento de câncer relacionado ao AXL, um receptor de tirosina quinase. Apesar de o INPI ter feito a exigência de retirada do termo “câncer relacionado ao AXL”, por incluir diversos tipos de câncer com efeito não comprovado no relatório, o titular manteve a reivindicação e, mesmo assim, o pedido foi deferido em abril de 2023. A patente original do composto no Brasil vencerá em maio de 2030, enquanto a patente de segundo uso só vai expirar em fevereiro de 2035.

Outro exemplo é a patente BR0606839-1, de titularidade da Wyeth LLC e do The General Hospital Corporation, que protege o uso da composição compreendendo um inibidor irreversível de receptor de crescimento epidérmico (EGFR) na produção de um medicamento para tratar um câncer resistente a gefitinibe e/ou erlotinibe. Apesar de a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ter anuído com subsídios, citando o art. 32 da Lei de Propriedade Intelectual, o INPI deferiu o pedido de patente, apenas afirmando que era novo e inventivo, sem ao menos analisar a presença ou não de suficiência descritiva e a clareza e precisão das reivindicações. Isso, apesar de o inibidor incluído no uso protegido na segunda reivindicação incluir também o neratinibe, um inibidor tipo HKI 272, presente no medicamento Nerlynx.

Ainda outro exemplo é a patente BR0618918-0, de titularidade da Nalpropion Pharmaceuticals LLC, que protege o uso de dois compostos para a preparação de um medicamento para o tratamento de uma condição de glicose sanguínea com a característica de resistência à insulina em um indivíduo, em que o primeiro composto é bupropiona e o segundo composto é um antagonista opióide. Neste caso, não houve nem a publicação de um parecer técnico de exame (despacho 7.1), tendo sido deferido diretamente após o despacho 6.20 (exigência pré-exame), com solicitação de adequação do quadro reivindicatório conforme exame internacional. Apenas testes utilizando um único antagonista opióide, a naltrexona, foram mencionados. A doença testada foi diabetes tipo 2. O INPI não deveria ter concedido a patente com reivindicação de uso para tratamento de uma condição de glicose sanguínea com a característica de resistência à insulina, a qual carece

“Uma crítica a esse tipo de patente é que a descoberta de um novo uso por si só não seria suficiente para comprovar todos os critérios para a concessão da patente, principalmente a atividade inventiva”

de clareza e traz um escopo maior do que o descrito no relatório descritivo. Conforme Diretrizes do INPI, as reivindicações de novo uso devem especificar a doença a ser tratada, não sendo aceitas reivindicações com termos genéricos como síndromes, distúrbios, sintomas, pelo mecanismo de ação ou ainda com trechos relacionados ao esquema terapêutico.

A discussão sobre as patentes de segundo uso voltou à tona quando, em dezembro de 2022, a Anvisa publicou uma consulta pública propondo alterações na RDC nº 47/2009¹. A referida proposta inclui um parágrafo que diz que “além dos itens citados nos parágrafos anteriores, as bulas dos medicamentos genéricos e similares podem diferir das suas respectivas Bulas Padrão em relação a indicações protegidas por patente”.

A Consulta Pública foi um importante avanço da Anvisa, trazendo a possibilidade de haver bulas de genéricos e similares diferentes das bulas do medicamento de referência para o segundo uso, equilibrando assim o sistema de propriedade intelectual existente tanto para fármacos que já se encontram em domínio público como para novos produtos que estejam entrando no mercado. Porém, alguns cuidados futuros devem ser observados, como evitar a possibilidade de inclusão nessas normativas de uma espécie de *linkage*², uma medida TRIPs-plus que pode prejudicar a política de genéricos e similares, além de anular uma flexibilidade de interesse para a saúde pública, a Exceção Bolar, presente no art. 43, inciso VII da LPI, que permite a realização de testes e a obtenção de registro sanitário antes da expiração da patente do produto. 

1. Estabelece regras para elaboração, harmonização, atualização, publicação e disponibilização de bulas de medicamentos para pacientes e para profissionais de saúde.

2. Vinculação ou efeito entre a patente concedida e registro sanitário necessário para a comercialização do produto.



Foto: André Talles

Edson Vismona

Advogado, presidente do Fórum Nacional contra a Pirataria e Ilegalidade (FNCP) e do Instituto ETCO, membro titular do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos Contra a Propriedade Intelectual. Foi secretário da Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo.

O MERCADO ILEGAL E OS PREJUÍZOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

É inegável a pujança do mercado brasileiro, seja pela nossa expressiva participação como consumidores de produtos e serviços, seja pelas inúmeras oportunidades geradas pela nossa diversificada economia: agronegócio, indústria, comércio e serviços. Não é sem razão que somos a nona maior economia do mundo com um PIB de US\$ 1,8 trilhão. Essa grandeza atrai investimentos e aponta para um potencial de crescimento. Entretanto, é certo que poderíamos ser muito mais atrativos se conseguíssemos superar alguns gargalos: custos de produção, logística, burocracia, sistema tributário, fatores que causam insegurança jurídica. E, ao lado desses entraves, temos cada vez mais a expressiva participação de criminosos movimentando bilhões de reais com práticas ilegais: sonegação, fraudes, contrabando, falsificação, contrafação, pirataria, recursos financeiros que geram a lavagem de dinheiro e corrupção e financiam organizações criminosas e milícias que se fortalecem enfrentando o poder do Estado, acarretando violência e abalando a nossa segurança pública.

O Fórum Nacional Contra a Pirataria e Ilegalidade (FNCP) coleta dados junto aos setores produtivos que apresentam suas estimativas de perdas causadas pelo mercado ilegal nas suas diversas formas de atuação. No primeiro levantamento, de 2014, as perdas diretas causadas pela ilegalidade, em quinze setores produtivos, mais uma estimativa conservadora de tributos que foram sonegados, alcançou a cifra de R\$ 100 bilhões. No ano passado, com quatorze setores, chegamos a R\$ 410 bilhões. Essa é a dimensão da participação do mercado ilegal em nosso País, sendo certo que esse montante é maior,

pois não estão registradas, por exemplo, perdas com medicamentos, produtos veterinários, software e o crescimento das ofertas de produtos de origem ilegal feita pela internet.

Só o setor de defensivos agrícolas apontou, nesse último levantamento do FNCP, perdas de R\$ 20,8 bilhões, que representam 20% desse mercado na ilegalidade. Esse espaço perdido para o crime afeta nossas indústrias e comércio e provoca danos à nossa saúde, desde os trabalhadores que manipulam esses produtos, que muitas vezes são proibidos de serem comercializados, até os consumidores, pelos efeitos

nocivos que podem ocasionar nos alimentos. Essa também é a realidade para os produtos veterinários. Além desses males, nossos produtores têm que enfrentar questionamentos no âmbito do comércio exterior, fomentando, inclusive, iniciativas promovidas por concorrentes internacionais, que se aproveitam dessas possíveis brechas para atacar a nossa relevante participação no mercado internacional.

Em verdade, toda a economia brasileira e o erário são duramente afetados, mas também perde o consumidor com a aquisição de produtos de baixa qualidade, que não atendem as normas e regulamentos técnicos, com evidentes danos para a saúde e segurança. Ganham os criminosos e inescrupulosos, que se fortalecem e afastam investimentos e empregos.

Esse panorama deve ser enfrentado com determinação, integrando todos os esforços do poder público com a importante cooperação do setor privado.

Temos defendido há anos a intensiva cooperação e a integração das diversas áreas governamentais na estruturação de políticas públicas eficazes. O Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos Contra a Propriedade Intelectual (CNCP), colegiado do Ministério da Justiça e Segurança Pública, congrega como titulares ministérios, Polícias Federal e Rodoviária, Receita Federal, e cinco representantes dos setores produtivos e tem sido um espaço importante para o aperfeiçoamento dessa coordenação.

A elaboração de guias de boas práticas estimulando a autorregulação; cartilhas com informações práticas; incentivo para a ação dos Estados e

“Em verdade, toda a economia brasileira e o erário são duramente afetados, mas também perde o consumidor com a aquisição de produtos de baixa qualidade, que não atendem as normas e regulamentos técnicos, com evidentes danos para a saúde e segurança”

“As perdas diretas causadas pela ilegalidade, em quinze setores produtivos, mais uma estimativa conservadora de tributos que foram sonegados, alcançou a cifra de R\$ 100 bilhões. No ano passado, com quatorze setores, chegamos a R\$ 410 bilhões”

Municípios; aperfeiçoamento legislativo; aproximação com o Poder Judiciário e Ministério Público; apoio aos investimentos em recursos humanos e tecnológicos nas forças policiais e nos órgãos reguladores, especialmente nas fronteiras; concursos públicos para contratação de novos funcionários que atuam na defesa do mercado legal (o exemplo da Receita Federal é ilustrativo, há anos sem novas contratações com um número crescente de aposentadorias afetando o enfileiramento do crescente movimento aduaneiro e de fiscalização) são temas que temos apresentado e apoiado fortemente no âmbito do CNCP.

Não obstante essas propostas e a intensa dedicação dos agentes públicos, é importante ressaltar que os governos que acabam de completar 100 dias precisam encarar a defesa do mercado legal como uma ação absolutamente necessária. Nesse sentido, urge que haja cada vez mais o direto engajamento dos ministros e secretários apoiando decisivamente suas respectivas áreas de competência, fortalecendo o trabalho que tem sido realizado pelas áreas operacionais e que merecem toda a atenção.

Sabemos que não faltam prioridades diante do enorme desafio que temos na administração de um país tão complexo como o nosso, mas a defesa do nosso mercado legal converge com as iniciativas de estímulo à economia, defesa do consumidor, aprimoramento da arrecadação sem aumento de impostos e combate às organizações criminosas e milícias. Portanto, defendemos que tenhamos uma contínua ação que represente essa convergência de propósitos em defesa do interesse nacional. 



Foto: Aníre Bellus

Suzana Borschiver

Professora titular da Escola de Química da UFRJ e membro do Conselho Nacional de Políticas Energéticas do Ministério das Minas e Energia

AGENDA POLÍTICA PARA USO DO GÁS NATURAL COMO MATÉRIA-PRIMA: NOVO PROGRAMA GÁS PARA EMPREGAR

O gás natural é uma mistura variada de hidrocarbonetos na qual o metano e o etano são os principais componentes. Uma de suas grandes vantagens é a variedade na utilização, pois pode ser utilizado em diversos segmentos da atividade econômica, incluindo a indústria, o comércio, o setor residencial e o de transporte, bem como o próprio setor energético, que pode utilizar o gás como um combustível primário para seus processos de transformação. Ele é o combustível fóssil mais nobre que os outros, como a gasolina e o óleo diesel, pois gera bem menos poluentes, podendo-se afirmar que faz parte do processo de transição energética. A combustão de gases combustíveis em equipamentos corretos é praticamente isenta de poluentes como óxidos de enxofre, partículas sólidas e outros produtos tóxicos, permitindo que o consumidor utilize o gás de forma direta. Além disso, como o gás possibilita uma combustão com elevado rendimento térmico, pode-se obter reduções na intensidade de consumo de energia na indústria, no comércio ou em residências.

O Brasil produz cerca de 50% da demanda interna de gás natural, importa o restante principalmente da Bolívia, e complementa a demanda local com gás natural liquefeito (GNL). De acordo com dados recentes da Agência Nacional do Petróleo (ANP), do total produzido internamente, praticamente metade, 72,2 milhões de m³/dia, é reinjetada na boca dos poços do pré-sal, principalmente pela falta de infraestrutura de escoamento desse gás.

O gás natural pode ser usado como uma matéria-prima estratégica para a indústria química, sua grande consumidora, sendo usado na fabricação de diversos produtos como, por exemplo, plásticos, lubrificantes e fertilizantes. O metano pode ser utilizado

para fazer o metanol, que é um dos componentes do biodiesel e o etano pode ser usado em polietileno, que terá uma variedade de aplicações como embalagens de shampoos e alimentos. Do eteno, pode-se fazer o óxido de eteno, que produz surfactantes, componentes de limpeza, detergentes, e outras inúmeras aplicações. De acordo com o relatório *EIA 2018 (Annual Energy Outlook, na sigla em inglês)*, o consumo de gás natural para geração de calor e energia crescerá 40% até 2050 e o consumo para a indústria química aumentará em 50%, embora cerca de 75% do consumo total de gás natural no mundo ainda sejam consumidos para aplicações de calor e energia.

Nos últimos anos, a indústria química brasileira tem perdido participação no atendimento à demanda interna por meio da produção local, apesar do crescimento do consumo de produtos químicos no País. Esse importante setor industrial enfrenta um acentuado processo de desindustrialização, decorrente de vários fatores como a ausência de políticas públicas de longo prazo, preço do gás natural e matérias primas, custo tributário e da logística. Como consequência disso, existe uma carência de produção local de vários produtos estratégicos, o que faz com que o País seja dependente de insumos e produtos importados. Esse problema estrutural tem levado a um déficit comercial crescente, desde o início da década de 1990, de US\$ 1,2 bilhão para o salto de US\$ 65 bilhões em 2022.

Vale registrar que parte expressiva do déficit químico é de produtos derivados diretamente do gás natural, que é utilizado como matéria-prima na produção de fertilizantes nitrogenados, metanol, isocianatos, dentre outros produtos químicos. Hoje o Brasil é o maior importador de fertilizantes, a despeito de ter uma das agropecuárias mais competitivas do mundo, seguido dos EUA, União Europeia, Índia, com a demanda crescendo o dobro da taxa global. Esse cenário vem piorando ao longo dos últimos anos, com políticas que desoneraram a importação dos produtos e mais recentemente com o conflito entre Rússia e Ucrânia. Cabe destacar que cerca de 50% da produtividade agrícola está ligada ao uso de fertilizantes na lavoura, sendo que o gás tem um peso de 80% nos custos de produção.

Uma importante discussão diz respeito à reinjeção de gás. Se essa prática fosse reduzida aos padrões mundiais para cerca de 20% e a diferença em gás fosse internalizada, o Brasil poderia obter diversas oportunidades em toda a cadeia produtiva, desde fornecedores de produtos e equipamentos a serviços técnicos especializados. Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a oferta de gás pode ser 19 milhões de m³/dia maior que o previsto, se a reinjeção for menor. De acordo com a Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM), o PIB do País poderia ser aumentado em R\$ 401,3 bilhões, com potencial de gerar 2,7 milhões de novos empregos e aumento na arrecadação de tributos.

Com certeza esses movimentos podem atrair excelentes oportunidades em investimentos em novas Unidades de Processamento de Gás Natural (UPGNs) e em rotas de escoamento de gás das plataformas do pré-sal, gasodutos de distribuição, bem como na indústria

química. Deve-se destacar também a atenção que o País deve ter ao *shale gas*, a exemplo do que ocorreu no Centro-Oeste dos Estados Unidos em meados de 2000 e mais recentemente em Vaca Muerta, na Argentina.

“O gás natural pode ser usado como uma matéria-prima estratégica para a indústria química, sua grande consumidora”

Uma política pública forte que propicie condições competitivas para o gás natural, cujo preço de US\$ 15 a 20/MMBTU é quase quatro vezes maior que nos EUA, representa um passo fundamental para a volta da produção em plantas industriais com ociosidade elevada, ou até paralisadas.

Muitas ações no âmbito do gás natural têm sido propostas e discutidas ao longo dos anos, como o estudo “Gás para Desenvolvimento”, realizado pelo BNDES em 2019, e a Nova Lei do Gás, de 2021, que tratou da questão da reforma do marco legal da indústria do gás natural, em linha com o Novo Mercado de Gás, programa lançado em 2019 pelo Governo Federal.

Recentemente, no dia 17 de março de 2023, na última reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), órgão responsável por assessorar o presidente da República em assuntos relacionados à formulação de políticas nacionais e diretrizes energéticas, foi anunciado pelo ministro Alexandre Silveira, do Ministério de Minas e Energia (MME) o Programa Gás para Empregar. O programa aborda importantes propostas como uma política de precificação, a construção de uma nova infraestrutura, o papel da Pré-Sal Petróleo S.A (PPSA) como fonte geradora de possibilidades na construção de gasodutos, a redução de reinjeção do gás natural nos campos *offshore* e recoloca o gás natural dentro da agenda de reindustrialização, com consequente elevação do emprego, renda, segurança energética e alimentar. Por fim, esse projeto estratégico do governo atual se destaca com propostas de modelos de negócios para garantir o suprimento de gás natural, sendo determinante nas decisões de investimentos em todos os elos dessa cadeia produtiva, com impactos positivos na indústria química e no compromisso do Brasil na transição energética. Que assim seja. 

NORTEC QUÍMICA INVESTE

EM TECNOLOGIA PARA CRIAR

LABORATÓRIO ESPECIALIZADO

EM INSUMOS DE ALTA POTÊNCIA

Com 40 anos de expertise, a Nortec Química, maior fabricante de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) da América Latina, projeta dar mais um passo importante no mercado para investir em um complexo kilolab, laboratório para produção em quilos de insumos de alta potência. O espaço está programado para ser inaugurado até o final de 2023. Tal investimento marcará o início da indústria no mercado de produtos oncológicos, ampliando o seu portfólio, que atualmente possui mais de 50 substâncias utilizadas na fabricação de medicamentos utilizados na maioria dos lares brasileiros.

Os espaços específicos para o desenvolvimento de insumos em quilos é algo importante dentro da indústria farmoquímica, principalmente quando se trata de drogas de alta potência, como nos casos dos IFAs oncológicos. Tais laboratórios suportam uma produção maior que a feita em bancadas, que trabalha com gramas.

“Esta ampliação pavimenta ainda mais os investimentos que estamos realizando na área de tecnologia. Lideramos a fabricação de IFAs na América Latina e queremos atuar também em outras importantes frentes. Os insumos oncológicos representam um setor importante para os suprimentos na indústria farmoquímica e para a saúde brasileira, principalmente em um cenário em que diversos medicamentos continuam em falta por dependência do mercado externo”, explica Marcelo Mansur, presidente da Nortec Química.

Com 95% dos IFAs importados de outros países, atualmente o Brasil produz apenas 5% dos insumos necessários para a produção de seus medicamentos. E quando falamos no cenário dos pacientes oncológicos, a tendência é que a demanda aumente. Para o próximo triênio, o Instituto Nacional do Câncer (INCA) projeta que





Foto: Paulo Henrique Lima

Marcelo Mansur, presidente da Nortec Química, maior fabricante de IFAs da América Latina

o País terá 237 mil novos casos da doença, quase 80 mil a mais que no mesmo período anterior.

DIFERENCIAIS DO KILOLAB

A vantagem deste tipo de laboratório é que ele pode ser utilizado em modelo *scale up*, ou seja, com projetos de escaladas progressivas de produção. “Além dessa versatilidade do espaço, por se tratar da manipulação de drogas de alta potência, temos um sistema de segurança mais rigoroso. A vestimenta dos profissionais envolvidos, as bancadas e todo o equipamento utilizado neste laboratório foram pensados para alcançar o maior nível de qualidade e segurança, tanto dos produtos, quanto dos colaboradores responsáveis por estes insumos”, comenta Mansur.

Os insumos de alta potência precisam de isolamento total e, ao final de cada operação, todo o material utilizado nos produtos é descontaminado. Estes componentes possuem alto nível de toxicidade, por isso, é necessário um processo de controle detalhado, que inclui o uso de pressão negativa da sala e a checagem minuciosa para que nenhuma partícula escape em ambientes exteriores.

“Acreditamos que, nos próximos anos, o kilolab se tornará uma referência de sucesso na produção de drogas de alta potência no Brasil e auxiliará também na atração de investimentos na tecnologia e na indústria brasileira”, finaliza Mansur.

A Nortec Química é a maior fabricante de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) da América Latina, investindo em Tecnologia, Pesquisa e Desenvolvimento e Inovação em seus processos. A Companhia é a única produtora de Benznidazol no Brasil, IFA utilizado no tratamento da Doença de Chagas e é a maior produtora de Antirretrovirais do Ocidente. A relevância da Nortec Química no cenário mundial permanece com o aumento da capacidade produtiva e na atuação em P&D com o projeto de instalação da Primeira Planta para Drogas de Alta Potência, contribuindo com soluções tecnológicas para a melhoria do bem-estar, da vida e da saúde das pessoas. A empresa foi fundada na década de 80 em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. 



PAINEL DO ASSOCIADO

Microbiológica integra estudo publicado na *Nature*

Com foco em aplicar o conhecimento científico em processos e produtos inovadores para a sociedade, a Microbiológica se dedica a desenvolver tecnologias inovadoras em parceria com instituições de pesquisa. É assim que a empresa participa de um estudo que, depois de avaliar mais de 250 moléculas análogas de nucleosídeos/tídeos, originou um novo antiviral com grande potencial para tratamento da covid-19.

Os resultados referentes aos estudos pré-clínicos foram publicados recentemente em artigo na *Nature Communications*, uma das mais conceituadas revistas científicas no mundo.

Esse projeto de pesquisa foca na inibição da RNA polimerase viral, essencial para a reprodução do vírus da covid-19 (SARS-CoV-2). Ele é possível graças à integração interdisciplinar entre a Microbiológica e o Centro de Inovação e Ensaios Pré-Clínicos (CIEnP) e o Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS/Fiocruz). As três instituições têm grande experiência e profundo conhecimento sobre o metabolismo dos ácidos nucleicos.

A estratégia foi pesquisar pró-drogas, bases purínicas, de fácil acesso sintético que, in vivo, pudessem ser transformadas nas espécies ativas: os correspondentes nucleosídeos trifosfatos.

A pesquisa identificou que a cinetina, N6-furfuril adenina (entre outras de um extenso pipeline), é capaz de inibir a replicação in vitro do vírus em células hepáticas e pulmonares humanas, além de apresentar ação anti-inflamatória.

A substância mostrou-se segura, não sendo mutagênica nem cardiotóxica em tratamentos agudos e crônicos. Os testes in vivo mostraram que a cinetina protegeu os animais contra a infecção e diminuiu a replicação viral, a necrose pulmonar, a hemorragia e a inflamação pulmonar.

Estudos clínicos de fase I estão perto de serem iniciados para testar a segurança da cinetina e vão permitir avaliar a sua eficácia preventivamente e/ou terapeuticamente no tratamento da covid-19. Os pesquisadores já submeteram à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) um dossiê a fim de obterem a autorização para o início dos ensaios clínicos em seres humanos.

A pesquisa é assinada por um grupo de pesquisadores brasileiros, entre eles, Jaime Rabi, presidente da Microbiológica, empresa associada à ABIFINA.

Parte do trabalho publicado deriva de uma encomenda tecnológica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com objetivo de descobrir antivirais de ação direta contra o vírus da covid-19. O projeto tem apoio também da Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii).



Biolab inicia exportação de Vonau Flash® para Arábia Saudita

A Biolab inicia em maio as vendas, na Arábia Saudita, do medicamento Vonau Flash® (ondansetrona), para controle de náuseas e vômitos. A empresa recebeu, no início do ano, a aprovação da autoridade sanitária local – a Saudi Food and Drug Authority. Com o nome comercial Mundell®, esse é o segundo produto da Biolab no país. Desde 2021, a farmacêutica brasileira exporta Encrise®, sua vasopressina (hormônio antidiurético).



Foto: Divulgação Biolab

A autorização dada pela agência sanitária saudita representa um importante passo para a aprovação dos demais 22 países da Liga Árabe, o que vai introduzir o medicamento em um mercado extremamente relevante, cuja população é de aproximadamente 400 milhões de habitantes.

“Foi uma longa, complexa e detalhada operação, iniciada em 2011 com um parceiro da Arábia Saudita. Após a certificação da planta brasileira, finalmente saiu o registro do produto”, detalha Cleiton Castro Marques, CEO da Biolab.

A Arábia Saudita é o terceiro mercado internacional que aprova o produto da Biolab, que é líder de prescrição no Equador e na Colômbia. A companhia espera agora repetir o mesmo sucesso. Uma das etapas para isso é a preparação de distribuidores e propagandistas locais para promoverem a tecnologia e a inovação por trás do produto.

Vonau Flash® resulta de uma parceria de sucesso da Biolab com a Universidade de São Paulo (USP). O medicamento tem ação rápida, com dissolução na boca (não precisa de água para tomar, o que ajuda na administração), sem causar sonolência. O produto recebeu a patente no Brasil em 2018 e, no ano seguinte, já respondia por 90% da receita da USP com royalties.

Grupo Centroflora avança na pesquisa de ativos naturais

O Grupo Centroflora mantém parcerias para desenvolver produtos de ponta baseados em insumos da biodiversidade brasileira. Com a startup Nintx – Next Innovative Therapeutics, a empresa vem trabalhando na identificação de moléculas bioativas de plantas que possam ser desenvolvidas em terapias multi alvo, que modulam ao mesmo tempo alvos biológicos, de forma direta, e, indiretamente, o microbioma do corpo humano.

Em janeiro, as empresas anunciaram a descoberta de uma planta herbácea da Floresta Amazônica que pode combater uma doença multifatorial global. O acordo prevê que, após a formulação do ativo, a Nintx cuidará do desenvolvimento e comercialização do produto, enquanto o Centroflora será fornecedor exclusivo do Insumo Farmacêutico Ativo (IFA) a base da planta.

Como toda a estratégia de negócio do Grupo é pautada pela sustentabilidade, a terapia vai beneficiar, além dos pacientes, agricultores familiares e o meio ambiente.

Outra parceria entre a Phytobios, empresa de inovação do Grupo Centroflora, e o Centro Nacional de Pesquisa em

Energia e Materiais (CNPEM) resultou na Molecular Power House (MPH), uma biblioteca de mais de 600 espécies, e seis mil frações de moléculas de plantas.

O acervo é alimentado por expedições de bioprospecção realizadas pela Phytobios nos biomas brasileiros, como Floresta Amazônica, Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga. O material está sendo estudado em equipamentos avançados de pesquisa científica, como o acelerador de partículas Sirius.

Com o equipamento, é possível ver a estrutura de moléculas inéditas e como elas interagem com proteínas-alvo de doenças que não têm cura, e, assim, estudar o potencial para o desenvolvimento de novos fármacos.



Foto: Divulgação Nintx

ABIFINA EM AÇÃO

Ética, segurança e transparência na ABIFINA

A governança corporativa é um pilar na gestão da ABIFINA que vem sendo aprimorado ano a ano. Em mais um passo, a entidade concluiu a criação da Política de Segurança e Privacidade e do Sistema de Gestão de Privacidade da Informação (SGPI), que visa a mitigar riscos na área. Também estabeleceu outros procedimentos para atender à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

As ações consolidam ainda mais a imagem e reputação da ABIFINA, reconhecida pelos associados e parceiros como uma entidade ética e transparente. A primeira iniciativa no sentido de consolidar essas práticas de 36 anos

de história foi estabelecer o Código de Ética. O documento define os padrões de comportamento para colaboradores e associados, previne o conflito de interesses e divulga o Canal de Denúncias (canaldedenuncias@abifina.org.br), entre outros.

Para direcionar as atividades de governança, na primeira reunião de 2023, o Conselho Administrativo analisou o atual cenário político, trabalhou na construção do Plano de Trabalho e Metas para 2023 e realizou a Assembleia Geral Ordinária, na qual foi aprovada a prestação de contas anual referente ao exercício de 2022.



Foto: Divulgação

FPQuímica

A ABIFINA participou do relançamento da Frente Parlamentar da Química (FPQuímica) em cerimônia no Congresso Nacional em abril. Antes, esteve presente em reunião na Câmara dos Deputados, quando o deputado Afonso Mota foi reeleito presidente da FPQuímica. Ao longo deste primeiro quadrimestre, a entidade integrou as reuniões mensais de trabalho do Instituto do Desenvolvimento da Química (IdQ), do qual é membro.

Cerimônias de posse

A ABIFINA acompanhou on-line em janeiro a posse do vice-presidente Geraldo Alckmin como ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), que teve a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A entidade também esteve, à distância, nas posses dos ministros Nísia Trindade, da Saúde; Carlos Fávaro, da Agricultura; e Luciana Santos, da Ciência, Tecnologia e Inovação.

ABIFINA debate com novo governo retomada da indústria e fortalecimento do CEIS

Os ministérios da Saúde (MS) e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) relançaram o Grupo Executivo do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (GECEIS), por meio do Decreto nº 11.464/2023. A norma traz novidades. A primeira é incorporar ao colegiado o aspecto econômico da indústria da saúde. Outra é a inclusão de representantes da sociedade civil, gestores do Sistema Único de Saúde (SUS), sindicatos e empresários. O anúncio foi feito no evento “Reconstrução do GECEIS: a saúde como estratégia de governo”, em 3 de abril. A ABIFINA participou com seus dirigentes e associados.

Já em reunião no dia 14 de março a associação tinha defendido a pauta do GECEIS com o secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde do MS, Carlos Gadelha. Foram discutidas propostas para fortalecer o setor, incluindo a política das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs) e o apoio a projetos de leis.

Ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), a entidade apresentou, em abril, sua agenda estratégica para os segmentos de Insumos Farmacêuticos



Foto: Divulgação

Ativos (IFAs) e de produtos farmacêuticos. Já representantes do ministério mostraram as ações iniciais planejadas pela nova gestão no âmbito da Rede Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Insumos Farmacêuticos (Rede Pró-IFA).

A ABIFINA ainda promoveu reunião, no fim de abril, com representantes do BNDES para discutir a nova política industrial e seus desafios. Na ocasião, João Paulo Pieroni, Superintendente da Área de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do BNDES, informou que o banco busca reconstruir a relação com a indústria e retomar agenda de inovação e comércio exterior.



Foto: Divulgação

Agenda regulatória e legislativa

Os Comitês Temáticos e Setoriais buscam soluções para os principais problemas que afetam a indústria de química fina, unindo a equipe técnica da ABIFINA e empresas associadas.

Confira os temas debatidos no primeiro quadrimestre de 2023:

Comitê de Relações Governamentais

- Projeto de Lei (PL) 1505/2022 – Prioridade de registro sanitário para medicamentos com IFA nacional.
- PL 4209/2019 – Mecanismos para estimular o Complexo Econômico e Industrial da Saúde.
- PL 08/2018 – Registro de produtos estrangeiros sem prévio registro no país de origem.
- PL 2128/2019 – Limita a dispensa pela Anvisa de registro de imunobiológicos, inseticidas e medicamentos adquiridos por meio de órgãos internacionais para programas de saúde pública.
- PL 7082/2017 – Pesquisa clínica com seres humanos.
- Consulta pública (CP) - Plano de Redução do Custo Brasil 2023-2026.

Comitê Farmo

- CP nº 1.136/2022 – Procedimento otimizado de análise de medicamentos.
- CP 1.137/2022 – Bulas de medicamentos de referência, genéricos e similares.



Setor debate bula de medicamentos e patentes de segundo uso

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) lançou a Consulta Pública nº 1.137, que propõe que os genéricos possam ter bulas diferentes dos medicamentos de referência, algo hoje não permitido. A manifestação da ABIFINA foi de apoio a alterações na norma vigente (RDC 47/2009), porém com a ressalva de que a medida abre brecha para tentativas de inclusão de medidas TRIPS-Plus no Brasil – aquelas que vão além do que é exigido pelo Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio. A tentativa de adoção no Brasil do *linkage*, vínculo entre o registro sanitário do medicamento e a proteção patentária, e as tentativas de internalização do PTA (*Patent Term Adjustment*) para prorrogação de prazo de vigência de patentes, são exemplos dessas medidas TRIPS-Plus.

Para debater os riscos da mudança, a ABIFINA promoveu o webinar “Patentes de segundo uso e o impacto nas regras de bula (*skinny label*)”, que reuniu especialistas e registrou público de 200 pessoas. *Skinny label* (bula recortada) é um termo que se refere a um medicamento genérico cuja bula é restrita a certas informações.

O modelo atual prejudica o fabricante de genérico quando há patente de segundo uso (ou seja, quando protege-se o processo caracterizado pelo uso do produto para tratar uma doença diferente). O Comitê de Propriedade Intelectual da ABIFINA chegou a convidar uma pesquisadora do INPI para explicar o tema.

GAJ tem vitória em ação para aumentar prazos de patentes

O Grupo de Apoio Jurídico (GAJ) da ABIFINA teve êxito em um caso de tentativa de um laboratório farmacêutico multinacional de burlar a inconstitucionalidade do parágrafo único do artigo 40, declarada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2021.

A empresa pleiteou, pela via judicial, aumento no prazo de validade de duas patentes. O caso foi julgado em segunda instância, em abril, pela 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1). A consultoria jurídica da ABIFINA atuou como *amicus curiae*, ressaltando o premente interesse público da tecnologia (tratamento de diabetes mellitus tipo 2).

O colegiado julgou improcedente o pedido da companhia e justificou que o privilégio temporário da patente precisa ser compatível com a liberdade de concorrência, o acesso à saúde e a dignidade da pessoa humana.

Grupos de trabalho em Propriedade Intelectual

A ABIFINA participou, no dia 19 de abril, da primeira reunião do ano realizada pelo Grupo Interministerial da Propriedade Intelectual (Gipi). A pauta foram os relatórios dos Grupos de Trabalho e a apresentação do Plano de Ação da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual. A entidade discutiu em um dos grupos, ao longo de 2022, o arcabouço normativo da área.



Monitoramento de Pedidos de Patentes (MPP)

A ABIFINA promoveu o MPP Day, exclusivo para associados, no Dia Mundial da Propriedade Intelectual (26 de abril). Os participantes puderam aprender a usar de forma efetiva o Monitoramento de Pedidos de Patentes (MPP). Saiba mais sobre os MPPs no site: www.abifina.org.br.

ABIFINA e associados se apresentam na G-Stic

O presidente do Conselho Administrativo da ABIFINA, Marcus Soalheiro, e a especialista em Assuntos Regulatórios da entidade, Marina Moreira, integraram painel em reunião satélite da 6ª Conferência Global de Ciência, Tecnologia e Inovação (G-Stic 2023), realizada em fevereiro, no Rio de Janeiro.

A atividade aconteceu por meio do Comitê *ad hoc* que visa a promover a expansão da capacidade produtiva de medicamentos, imunizações e tecnologias em saúde no Mercosul. Foi discutida a elaboração de uma metodologia para criação de uma cesta de moléculas estratégicas.

O evento principal foi marcado pela presença dos associados Grupo Centroflora e Oxiteno, que participaram de painéis, respectivamente, sobre os temas bioeconomia e produtos químicos e materiais sustentáveis a partir de



biomassa. Bio-Manguinhos organizou debates sobre saúde, abordando a produção local de vacinas e imunização.

Na abertura da G-Stic 2023, a ministra da Saúde, Nísia Trindade, defendeu que a inovação deve estar a serviço de todos e que haja equidade no campo da tecnologia e inovação.

Suprimento da cadeia de medicamentos

Reunindo contribuições das empresas farmoquímicas e farmacêuticas associadas, a ABIFINA enviou ofício à Anvisa em fevereiro em resposta à consulta sobre o suprimento da cadeia de medicamentos e a antecipação de eventuais impactos. Depois, em abril, a entidade participou de seminário da Comissão Técnica de Crises em Saúde.

Inovação em bioeconomia

A reunião do Conselho da Rede MCTIC/Embrapii de Inovação em Bioeconomia ocorreu em abril e teve participação da ABIFINA. Destacou-se a iniciativa apresentada pelo Comitê de Biodiversidade – que envolve as empresas associadas Phytobios (do Grupo Centroflora) e Laboratório Cristália – para o tratamento de dor neuropática crônica. Além disso, a ABIFINA se ofereceu para ministrar o curso “Inovação – da bancada e do campo à patente de invenção”, destinado principalmente a pesquisadores.



Road show da inovação

A ABIFINA programou uma série de *road shows* no primeiro semestre de 2023, como parte da parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa e Desenvolvimento Industrial (Embrapii). O objetivo é apresentar o modelo de negócios da Embrapii e auxiliar os associados a acessarem os recursos não reembolsáveis disponibilizados para projetos de inovação. A primeira experiência foi realizada em março com a Nortec Química.

Encontros com reguladores

A ABIFINA debateu temas importantes em fevereiro com o diretor Alex Machado Campos, da 3ª Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), e representantes da Gerência-Geral de Toxicologia (GGTOX). Em pauta, *data protection*, registro e aumento do mercado de ilegais no setor de defensivos agrícolas.

No âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a nova diretora do Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas, Edilene Cambraia, recebeu entidades do setor em abril, entre elas a ABIFINA. As conversas trataram do reestabelecimento do Comitê Técnico de Assessoramento para Agrotóxicos (CTA); autocontrole; reavaliação, retrabalho e reprocesso (RRR); controle de qualidade e consultas públicas.

Câmara de Insumos Agropecuários lança novos grupos de trabalho

A 115ª Reunião Ordinária da Câmara Temática de Insumos Agropecuários (CTIA), em fevereiro, teve o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Carlos Fávaro, na mesa de abertura. Ele reafirmou a importância das discussões com o setor privado. A ABIFINA, que é membro da CTIA, esteve presente.

Os participantes apontaram a necessidade de inserir assuntos de sustentabilidade e investimentos nas pautas de discussão da Câmara. Em relação à agenda para 2023, serão criados os grupos de trabalho (GT) de Defensivos Agrícolas (novo nome do GT Reavaliação) e de Bioinsumos. A expectativa é que a Câmara Temática de Agricultura Orgânica seja convidada.



Foto: Divulgação MPA

Em abril, a ABIFINA participou de reunião do GT Autocontrole sobre os conceitos e dúvidas relacionados a sementes, defensivos e fertilizantes. O objetivo foi nivelar o primeiro diálogo com a Secretaria de Defesa Agropecuária.

RÁPIDAS

COMBATE AOS ILEGAIS

O Movimento Consumo Seguro segue em 2023. A ABIFINA divulgou uma série de vídeos com depoimentos de especialistas sobre os riscos do consumo de produtos piratas. A iniciativa é coordenada pela entidade desde o ano passado no âmbito da Comissão Especial de Saúde do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP).

PATRIMÔNIO GENÉTICO

A 32ª reunião do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen) foi aberta pela ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva. A ABIFINA esteve no encontro, assim como em palestra oferecida pelo ministério sobre o Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado.

COMÉRCIO EXTERIOR

A ABIFINA participou de reuniões da Coalizão para Facilitação de Comércio e Barreiras (CFB/CNI) e da Procomex sobre o Plano de Trabalho do Comitê Nacional de Facilitação de Comércio (Confac) para o biênio 2023-2024.

AGENDA DA INDÚSTRIA

No âmbito da CNI, a ABIFINA contribuiu para a construção da Agenda Legislativa da Indústria e do Seminário RedIndústria 2023. Também discutiu o Plano de Retomada da Indústria, reforma tributária, desburocratização e competitividade nos encontros do Fórum Nacional da Indústria.



**ABIFINA LANÇA
NOVO PRODUTO**

MPP FDA

MONITORAMENTO DE PEDIDOS DE PATENTES
DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS
REGISTRADOS NO FDA

O MPP FDA é uma base de dados que traz o Monitoramento de Pedidos de Patentes de medicamentos registrados no FDA (Food and Drug Administration), agência reguladora que atua nos Estados Unidos. Já são mais de 8 mil patentes norte-americanas cadastradas, com suas correspondentes patentes brasileiras.

A ABIFINA também monitora pedidos de patentes registradas no INPI, abrangendo produtos farmacêuticos do SUS, medicamentos da biodiversidade, defensivos agrícolas e saúde animal.

Associados da ABIFINA têm acesso gratuito a essas ferramentas exclusivas de gestão de propriedade intelectual.

Seja um Associado e receba informações valiosas para aumentar a competitividade do seu negócio.

Visite agora mesmo o site da ABIFINA
abifina.org.br/servicos/monitoramento-de-patentes/
e transforme o futuro do seu negócio.

www.abifina.org.br

ABIFINA 
Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina,
Biotecnologia e suas Especialidades

Somos

A MUDANÇA

*que queremos
no mundo*

*Há 26 anos construindo
o futuro que acreditamos ser
o melhor para os brasileiros*

Quem acredita em um amanhã
melhor, inova e se esforça para fazer
com que ele se torne realidade. É por
isso que investimos em cuidados
inovadores, seguros e eficazes.

Conte conosco para fornecer
uma vida saudável para
as futuras gerações!



VIVA A EVOLUÇÃO

SAC 0800 724 6522
www.biolabfarma.com.br

biolab
FARMACÊUTICA